

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NUCLEO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DESENVOLVIMENTO RURAL  
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA -  
AMAZÔNIA ORIENTAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS**

**MARIA EVANEIDE PANTOJA DA SILVA**

**SOCIALIZAÇÃO DE AGRICULTORAS NO  
MOVIMENTO DE MULHERES DO NORDESTE PARAENSE**

**BELÉM  
2008**

**MARIA EVANEIDE PANTOJA DA SILVA**

**SOCIALIZAÇÃO DE AGRICULTORAS NO  
MOVIMENTO DE MULHERES DO NORDESTE PARAENSE**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável  
Orientador Prof. Heribert Schmitz

**BELÉM  
2008**

## **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) –**

### **1 Biblioteca Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural / UFPA, Belém-PA**

---

Silva, Maria Evaneide Pantoja da

Socialização de agricultoras no movimento de mulheres do Nordeste Paraense / Maria Evaneide Pantoja da Silva; orientador, Heribert Schmitz. - 2008.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônica, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- Amazônia Oriental, Belém, 2007.

1. Sociologia rural - Pará. 2. Trabalhadoras rurais – Pará – condições sociais. 3. Movimentos sociais - Pará. I. Título.

---

CDD – 22.ed. 307.72098115

**MARIA EVANEIDE PANTOJA DA SILVA**

**SOCIALIZAÇÃO DE AGRICULTORAS NO  
MOVIMENTO DE MULHERES DO NORDESTE PARAENSE**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Data da aprovação: Belém - PA: 29/ 08/ 2008

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Heribert Schmitz  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCS, UFPA

---

Profa. Dra. Maria Angélica Motta-Maués  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCS, UFPA

---

Profa. Dra. Dalva Maria da Mota  
Embrapa Amazônia Oriental

---

Prof. Dra. Maria José da Silva Aquino  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCS, UFPA

A Maria Pantoja e  
José Maria:  
Mulher e homem  
Agricultora e agricultor  
Minha mãe  
Meu pai.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares: que compreendem a importância da educação. E apesar das dificuldades contribuem para que cada degrau seja galgado.

À Maria de Jesus dos Santos Lima, Diretora-presidente da FANEP: pelo entendimento da necessidade de formação intelectual.

À Ducilene Melo: conviver com você foi estimulador.

À Vera Fadul Lima: sua compreensão e contribuição foram providenciais.

À Irmã Nancy e sua comunidade pela contribuição no abstract.

A Heribert Schmitz: sua orientação foi crucial.

Aos informantes: homens no Movimento de mulheres.

Às informantes: mulheres agricultoras, sua determinação e empenho propiciaram esta construção.

A produção intelectual, ainda que pareça um trabalho individual e solitário, é fruto de um esforço coletivo.

Obrigada.

“A socialização se reflete na organização e continuidade do Movimento, ela se reflete na formação das mulheres”.

(MC)

## RESUMO

Trata-se de um estudo empírico de natureza qualitativa que busca analisar o Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense enquanto movimento social regional e seu papel de agência socializante, considerando: os processos responsáveis pela socialização de mulheres agricultoras nele inseridas; a influência que as mulheres têm na socialização umas das outras e em que aspectos isso se reflete na continuidade do Movimento; como o Movimento socializa os homens ali inseridos e como estes homens influenciam a socialização das mulheres no Movimento. Para a coleta de dados priorizei a revisão de estudos realizados pelo próprio MMNEPA, a observação participante e a entrevista. A observação ocorreu no período de janeiro de 2007 a janeiro de 2008 e as entrevistas de outubro de 2007 a janeiro de 2008. Conclui-se que o MMNEPA enquanto agência socializante utiliza a capacitação como instrumento para inculcar a sua estrutura nas mulheres, levando-as a interagir e, assim, fazer o Movimento se reproduzir e ter vigor.

**Palavras-chave:** Socialização, Mulheres Agricultoras, Movimentos Sociais, Gênero, Agricultura Familiar, MMNEPA, Nordeste Paraense.

## **ABSTRACT**

This study is empirical. It is based on experience of a qualitative nature that searches to analyze historically the Movement of Women of the Northeast State of Pará (MMNEPA) and their role as social agents. This study takes into account: the processes responsible for the socialization of women farmers and their insertion into this process; how women influence the socialization of one another and does this reflect on the continuation of the movement; how does the movement socialize all men participating there and how do these men influence the socialization of the women in the movement. For the collection of data, I used principally the documentary study which was produced by the very MMNEPA; direct and participative observation and interviews. The observation took place during the period from January 2007 to January 2008 and the interviews from October 2007 to January 2008. It was concluded that MMNEPA while being a social agent, uses their formation experiences as an instrument for demonstrating their results on women which help them to interact among themselves thus making the movement self-sufficient and strong.

**Key Words:** Socialization, Women Farmers, Social Movements, MMNEPA, Northeast State of Pará.

## LISTA DE ABREVIATURAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DED	Deutscher Entwicklungsdienst – Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CIDAPAR	Companhia Paraense de Desenvolvimento Agropecuário, Industrial e Mineral do Estado do Pará
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FANEP	Fundação Sócio-Ambiental do Nordeste Paraense
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
GAM	Grupo de Apoio às Mulheres
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEB	Movimento de Educação de Base
MAMA	Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MMNEPA	Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRORENDA	Programa de Cooperação Brasil/ Alemanha
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio ao Empreendedorismo
STRV	Sindicato de Trabalhadores Rurais de Viséu

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	13
<b>1. INSTRUMENTOS DA PESQUISA</b> .....	14
1.1 CONTEXTO.....	14
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO E QUESTÃO DA PESQUISA.....	15
1.3 OBJETIVOS .....	16
1.4 METODOLOGIA .....	17
1.4.1 A distância do próximo.....	17
1.4.2 Procedimentos Metodológicos.....	19
1.5 SÍNTESE BIOGRÁFICA DAS (DOS) ENTREVISTADAS (DOS).....	22
1.5.1 Entrevistadas (os) Fundadoras (es).....	22
1.5.2 Entrevistadas de inserção mais recente.....	25
1.5.3 Homens entrevistados.....	28
<b>2. MULHERES AGRICULTORAS EM MOVIMENTO</b> .....	29
2.1 O CENÁRIO DE REPRODUÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	29
2.2 RELAÇÕES DE TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	32
2.3 QUANDO AS MULHERES SE ORGANIZAM.....	35
2.4 O MOVIMENTO DE MULHERES DO NORDESTE PARAENSE – MMNEPA.....	40
2.4.1 Modo de organização no MMNEPA.....	45
<b>3. SOCIALIZAÇÃO DE AGRICULTORAS NO MOVIMENTO DE MULHERES DO NORDESTE PARAENSE</b> .....	49
3.1 SEM SOCIALIZAÇÃO NÃO EXISTEM NEM PESSOA E NEM SOCIEDADE.....	49
3.2 CAPACITAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO REALIZADAS PELO MOVIMENTO.....	52
3.3 SER MULHER AGRICULTORA NO MMNEPA.....	56
3.4 HOMENS NO MOVIMENTO DE MULHERES.....	57
3.5 IR ALÉM DA CASA E DA ROÇA.....	59
<b>4 PODER E MEDO</b> .....	63
4.1 A TERMINOLOGIA "GÊNERO" .....	63
4.2 O QUE É O PODER.....	65

4.3	RELAÇÕES DE GÊNERO E PODER.....	68
4.4	O EMPODERAMENTO.....	71
4.4	MULHERES SEM MEDO DO PODER.....	73
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>76</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>78</b>
	<b>ANEXOS</b>	<b>82</b>
1.	ENTREVISTAS.....	82
2.	A ÁRVORE DA VIDA	92

## APRESENTAÇÃO

Este trabalho de natureza qualitativa tem como objeto de estudo o Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense - MMNEPA e sua atuação na socialização das mulheres agricultoras nele inseridas.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro detalha os instrumentos da pesquisa, contextualiza a discussão, problematiza o objeto apresentando a questão da pesquisa, para em seguida dar a compreender os objetivos.

No segundo capítulo com o título “mulheres agricultoras em movimento”, conceitua a agricultura familiar posicionando a mulher neste cenário. A organização das mulheres em movimento vem a seguir, retratada no Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense e seu modo de organização.

O terceiro capítulo trata da “socialização de agricultoras no Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense” e de como a capacitação é utilizada para transformar as agricultoras em mulheres do movimento.

O quarto capítulo surgiu em decorrência da discussão sobre o poder suscitada pelas agricultoras durante a realização das entrevistas e tem como tema “poder e medo”. O que me levou a visitar o conceito de poder e sucintamente discutir as relações de poder que permeiam a vida das mulheres, visto que o exercício deste está patente em todas as estruturas sociais humanas e, por via disso, também no MMNEPA.

As traduções dos textos em língua alemã e francesa foram realizadas pelo professor orientador e disponibilizadas na disciplina Ação Coletiva no Espaço Rural ministrada pelo referido professor e no decorrer das orientações.

## 1. INSTRUMENTOS DA PESQUISA

### 1.1 CONTEXTO

As primeiras formas de movimentos sociais rurais no Estado do Pará, segundo Loureiro (1997: 137), surgiram na década de 1950 com as associações de lavradores, justamente nas áreas, onde a agricultura familiar se havia estabelecido desde o início do século e onde estava mais consolidada, a micro-região Bragantina, no Nordeste Paraense.

O sindicalismo surgiu um pouco depois. O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Viseu (STRV), um dos mais antigos da região, foi fundado em 1976 e reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 1979 já com 1.300 filiados. Na década de 1980, sua atuação permeia o conflito da Gleba CIDAPAR<sup>1</sup> entre latifundiários e agricultores. E assim, à medida que o conflito se aguça, o STRV se estrutura e se amplia abrindo delegacias e sub-delegacias sindicais. Tendo como principal atividade, na época, a defesa dos agricultores do município na busca pela legitimação da posse da terra.

Ainda, segundo Loureiro (1997) nesta região, o sindicalismo se produz a partir de um desdobramento, ou de um transbordamento do movimento comunitário, a partir das Comunidades Eclesiais de Base. O ingresso no sindicato rural expressa o resultado da politização da comunidade que é, parcialmente, canalizada para a organização.

---

<sup>1</sup> No período colonial brasileiro as terras de cinco fazendas, situadas no município de Viseu Estado do Pará, foram concedidas, através de títulos de sesmarias. A concessão deveria ser confirmada, tempos depois, por outro ato legal, se o proprietário tivesse cumprido algumas condições fundamentais, mas de difícil execução à época: ocupá-la produtivamente, medi-la e demarcá-la. Apenas uma das cinco fazendas cumpriu esses requisitos. Mesmo assim as terras foram sendo vendidas a terceiros, até serem adquiridas, no século passado, por Guilherme Von Linde, proprietário da South American Gold Areas Ltda, empresa que explorava ouro nas terras em que estavam assentados antigos mocambos. Na década de 1960, em uma ação trabalhista, a fazenda foi leiloada. Ao solicitar à Comarca de Viseu a demarcação das terras, o arrematante, Senhor Moacyr Pinheiro Ferreira, proprietário da Companhia Paraense de Desenvolvimento Agropecuário, Industrial e Mineral do Estado do Pará (CIDAPAR) comete ato de grilagem agregando à sua, as outras quatro fazendas. Quando, em 1970, a empresa vai à falência o Banco Denasa de Investimentos (BDI), ligado ao Grupo Joaquim Oliveira, assume o controle das terras por conta dos empréstimos que havia concedido à CIDAPAR; cria várias empresas, que assumem parte das terras e vende o restante. A antiga CIDAPAR permanece com uma parcela reduzida de terra, porém, a área como um todo, continua a ser conhecida como CIDAPAR. As áreas vendidas absorveram pequenas comunidades rurais, áreas de produção agrícola e extrativista, garimpo, parte de terras do INCRA, parte de terras dos índios Tembé (onde se situa a Área Indígena Alto Rio Guamá) e outras terras do Estado do Pará. Há um processo de expulsão dos agricultores da área, que vão se organizando e resistindo. Na década de 1980 se intensifica o conflito entre colonos e grileiros, emergindo a figura do justiceiro Quintino, assassinado em 1987 (LOUREIRO, 1997). Essa insurreição fortalece o movimento sindical e associativo na região.

As mulheres agricultoras sempre estiveram presentes nas lutas travadas pelos agricultores da região, no entanto, somente a partir da década de 1980 intensifica-se e visibiliza-se a sua presença nos movimentos sociais rurais, pois, até então, a inserção destas se realizava, comumente, através da participação dos pais, irmãos, maridos ou companheiros.

Para essas mulheres, a participação no movimento dos agricultores não era motivada por reivindicações específicas de sua condição de mulher; o que as mobilizava era o reconhecimento de pertencer a determinada categoria social e política, integrando, assim, o conjunto de lutas pelo direito à terra, ao crédito e aos benefícios da previdência social como aposentadoria e auxílio doença.

A atuação de cunho educativo e de mobilização para a organização empreendida por entidades como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e o Movimento de Educação de Base (MEB) vinculado à Igreja Católica, foi muito importante para esse processo e o de criação de novos sindicatos, associações e cooperativas nos municípios da região.

Os homens estavam inseridos nos sindicatos, um espaço prioritariamente masculino, em que as mulheres não tinham tantas oportunidades de participação. Quando conseguiam inserir-se não tinham suas necessidades contempladas. Daí a importância de ter um Movimento voltado essencialmente para as mulheres, então, em 1993 surge, no Nordeste Paraense, o Grupo de Apoio às Mulheres (GAM) com assessoria da FASE. Em 1997, ele é constituído juridicamente e passa a ser denominado Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA).

## 1.2 PROBLEMATIZAÇÃO E QUESTÃO DA PESQUISA

O MMNEPA, no ano de 2008, é constituído, em sua maioria, por mulheres agricultoras inseridas em 63 grupos, rurais e urbanos, mistos e aqueles compostos exclusivamente por mulheres. Grupos estes, que podem ser definidos de acordo com Mendras (2004) como: grupos de pertencimento, dos quais as mulheres são membros, porque neles se identificam; grupos de interesse ou pressão, em que seus membros compartilham os mesmos interesses, as mesmas ambições ou ideologias

organizando-se para defendê-las e; grupos de referência, dos quais as mulheres tomam emprestadas as suas próprias normas e valores.

É um Movimento bem articulado, tanto em nível estadual, como nacional prova disto é a participação de uma representante do Movimento, a senhora Zinalva Freitas, do grupo de mulheres de São Domingos do Capim em intercâmbio internacional de experiências agrícolas com enfoque agroecológico, na Nicarágua no ano de 2005.

O MMNEPA cresce, amplia sua atuação e se fortalece como Movimento. Fatores internos, como a socialização, e externos, como as relações com organizações que financiam seus projetos, contribuem nesse processo.

Quais são as estratégias utilizadas pelo MMNEPA para socializar as mulheres agricultoras nele inseridas e como isso se reflete na continuidade do Movimento? Como as mulheres influenciam na socialização umas das outras? Como o Movimento socializa os homens ali inseridos e como estes homens influenciam a socialização das mulheres no Movimento? O que mulheres e homens compreendem como socialização? Como as relações de poder interferem na vida das mulheres.

Este conjunto de indagações está na raiz do desejo de saber o que motiva as mulheres agricultoras a continuarem no MMNEPA. Nesse sentido, o objeto deste estudo é o Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense e sua atuação na socialização das mulheres agricultoras neste inseridas.

### **1.3 OBJETIVOS**

#### **1.3.1 – Objetivo Geral**

Analisar o MMNEPA enquanto Movimento social e seu papel de agência socializante.

#### **1.3.2 – Objetivos Específicos**

1. Refletir sobre a condição da mulher agricultora, as formas de inserção e os fatores que motivam a sua permanência no MMNEPA;
2. Analisar o papel da socialização no MMNEPA;

3. Discutir as relações de poder que envolvem a vida das mulheres agricultoras inseridas no MMNEPA e como o exercício do poder leva-as ao empoderamento.

## 1.4 METODOLOGIA

### 1.4.1 – A distância do próximo

O interesse pelo tema que um cientista se propõe a pesquisar, quase sempre, parte da curiosidade do próprio pesquisador, de uma interrogação sobre um problema ou fenômeno. Nem sempre é fácil determinar aquilo que se pretende pesquisar, pois, a investigação pressupõe uma série de conhecimentos anteriores e uma metodologia adequada a questão a ser investigada. Por mais simples e ingênuo nas suas pretensões, qualquer estudo da realidade social, além de ser norteado por um arcabouço teórico, deverá informar a escolha do objeto pelo pesquisador e também todos os passos e resultados teóricos e práticos obtidos com a pesquisa.

Muitos teóricos das ciências sociais, segundo Velho (1978:36), afirmam a necessidade de uma distância mínima que garanta ao investigador condições de objetividade em seu trabalho. Para estes, é necessário que o pesquisador veja com olhos imparciais a realidade, evitando envolvimento que possam comprometer seus julgamentos e conclusões. O que não se constituiu um entrave para o estudo do objeto que me propus pela proximidade física e ideológica que tenho em relação ao MMNEPA. Meu papel, nesse momento foi o de pesquisadora que, com racionalidade e honestidade intelectual, refletiu acerca da inserção das mulheres agricultoras e a socialização que são alvo no MMNEPA. Isso foi possível a partir da consciência de que “a racionalidade resulta do respeito às regras da lógica e da pesquisa, respeito necessário para que os resultados alcançados sejam válidos” (Aron, 1987: 466). Nas entrevistas o ouvir, o escrever imediatamente e fazer anotações precisas, foram imprescindíveis para a qualidade do levantamento dos dados.

A proximidade, o contato direto e pessoal com o MMNEPA constituiu-se predisposição para que o trabalho fosse desenvolvido, permitiu captar vivências e experiências particulares; permitiu o contato com alguns dos mecanismos que sustentam a lógica das relações sociais internas e externas do Movimento e,

também, perceber os modos de vida e visões de mundo das suas participantes. O que leva a crer que aquilo com que estou em contato constante pode ser familiar, e, no entanto, não ser percebido.

Velho (1978:40) menciona um “mapa que, em princípio, nos familiariza com os cenários e situações sociais de nosso cotidiano, dando nome, lugar e posição aos indivíduos”. O que, todavia, não quer dizer que conheço a visão de mundo das mulheres agricultoras inseridas no MMNEPA ou as regras que embasam as interações entre elas e promovem a continuação do Movimento. Logo, sendo eu, enquanto pesquisadora, membro da sociedade coloca-se, inevitavelmente, a questão de meu lugar e da minha possibilidade de transcendê-lo e, assim, poder pôr-me no lugar de cada agricultora entrevistada.

Não apenas o nível de familiaridade não é igual a conhecimento, como ainda pode constituir-se em impedimento, se não for relativizado e tornado objeto de reflexão sistemática. Posso estar habituada com o MMNEPA, onde a disposição dos atores me é familiar, a hierarquia e a distribuição de poder permitem-me fixar, grosso modo, os indivíduos em categorias mais amplas e, no entanto, isso não significa que eu compreenda a lógica de suas relações. O meu conhecimento pode estar seriamente comprometido pela rotina, hábitos, estereótipos. O meu olhar será direcionado “de acordo com os princípios básicos, através dos quais tiver sido socializada” (Velho, 1978: 42).

O conhecimento de situações ou indivíduos é construído a partir de um sistema de interações cultural historicamente definido. Embora aceite a idéia de que os repertórios humanos são limitados, suas combinações são suficientemente variadas para criarem surpresas e abrir abismos por mais familiares que indivíduos e situações possam parecer.

A realidade seja ela familiar ou não, sempre “é filtrada por um determinado ponto de vista do observador, ela é percebida de maneira diferenciada” (Velho, 1978: 43). O que orienta para a necessidade de percebê-la enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa. O ato de relativizar as noções de distância e objetividade, isto é, o ato de estranhar o familiar é plausível se eu puder, intelectual e emocionalmente, confrontar distintas versões e interpretações existentes a respeito de fatos e situações. Se por um lado isso me torna mais humilde quanto à construção do conhecimento em geral, por outro me permite

observar o familiar e estudá-lo sem paranóias sobre a impossibilidade de resultados imparciais neutros.

Ao refletir sobre uma dada realidade, estou sempre fazendo uma interpretação e por mais que tenha procurado reunir dados reais e objetivos sobre a vida daquele universo, a minha subjetividade está presente em todo o trabalho. Ela é uma interpretação que estará sendo constantemente testada, revista e confrontada.

Ter o MMNEPA como objeto de estudo foi uma oportunidade de relativizar a minha própria experiência, para assim atingir uma visão de conjunto que cobrisse todo o esforço e o trabalho empreendidos. Estar entre minha cultura e outra, meu mundo e de outro é ser então como que uma tradutora de um outro sistema para a minha própria linguagem.

#### **1.4.2 – Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa de campo deste estudo ocorreu no município de Capanema, distante 160 km de Belém, a capital do Estado do Pará. A escolha do local se deu pela especificidade de o MMNEPA, enquanto organização jurídica, estar aí sediado. É o lugar, onde as entrevistas com as fundadoras do Movimento, lideranças e demais participantes do Movimento foram realizadas.

Para a coleta de dados, priorizei o estudo documental com revisão dos estudos realizados pelo próprio MMNEPA, observação direta participante e a entrevista.

O estudo documental com revisão dos estudos realizados pelo MMNEPA foi essencial para dar uma perspectiva histórica ao trabalho.

Quanto à observação, contribuiu para que eu pudesse apreender os métodos através dos quais ocorre a socialização no Movimento, seja ela centrada nas mulheres e homens ou na estrutura.

A modalidade de observação direta tida por Chizzotti (2005) como estruturada ou sistemática consiste na coleta e registro de eventos observados que foram previamente definidos. Registrei, portanto, a ocorrência de comportamentos relacionados à socialização observando as circunstâncias que influenciaram a sua ocorrência, o que permitiu uma análise mais compreensiva dos dados.

A entrevista é definida por Haguette (1997:86) como um processo de interação social entre duas pessoas, na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado.

A entrevista, dependendo da postura do entrevistador, pode se configurar, como uma conversação entabulada face a face, de maneira metódica, sendo um importante instrumento de trabalho nos vários campos das ciências sociais ou de outros setores de atividades. É uma forma de fazer contato com pessoas que possam fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informações úteis.

Das várias formas de entrevistas selecionei três: a história de vida, entrevista não-estruturada e entrevista semi-estruturada, de acordo com Lakatos & Marconi (1991:197).

Como técnica de coleta de dados, a entrevista, de modo geral, segundo Lakatos e Marconi (1991:198), é um instrumento flexível, pois permite ao entrevistador repetir ou esclarecer perguntas, formulando de maneira diferente, especificando algum significado como garantia de estar sendo compreendido. Oferece maior oportunidade para avaliar atitudes, condutas, podendo o entrevistado ser observado naquilo que diz e como diz: registro de reações e gestos. Dá oportunidade para obtenção de dados que não se encontram em fontes documentais, que sejam relevantes e significativos sendo possível conseguir informações mais precisas que sejam, imediatamente, comprovadas as discordâncias.

A história de vida é uma modalidade de entrevista que proporcionou constante interação com as informantes. Enfocando a sua história em relação ao Movimento, retomando a sua vivência de forma retrospectiva. Para Minayo (1993), muitas vezes durante a entrevista, pode acontecer a liberação de pensamentos reprimidos que chegam ao entrevistador em tom de confiança, como realmente aconteceu. Tais relatos forneceram um material rico para a análise. Neles se encontrou a dimensão coletiva a partir da visão individual. Esta modalidade foi utilizada com as informantes que estão desde o começo no movimento e que, portanto, são fundadoras do mesmo. Uma mulher que possui mais de cinquenta anos e uma jovem de vinte e seis anos de idade. As informações das diferentes gerações compõem o quadro histórico das formas de inserção das mulheres agricultoras no MMNEPA.

A técnica de entrevista não-estruturada foi aplicada com os informantes fundadores e assessores do MMNEPA, o que permitiu obter um maior número de informações e com maior riqueza de detalhes. Esta ferramenta serviu para a exploração da questão, através de uma conversação informal com mínima interferência, a entrevistadora assumindo uma postura de ouvinte, e apenas em algumas situações, intervindo na fala das informantes.

A entrevista semi-estruturada, de acordo com Minayo (1993), combina perguntas abertas e fechadas, assim as informantes puderam discorrer sobre o tema proposto seguindo questões previamente definidas, porém, dentro de um contexto de informalidade. Foi necessária atenção constante para, em determinados momentos, dirigir a discussão para o assunto de interesse fazendo perguntas adicionais elucidando questões que não ficaram claras ou para ajudar a recompor o contexto da entrevista, em momentos que as informantes se desviaram do tema ou que tiveram alguma dificuldade com ele. Esta modalidade foi empregada com as pessoas comuns (de faixas etárias diferentes), que com suas características e opiniões foram importantes, porque somadas, forneceram a imagem geral do Movimento.

A principal vantagem desse tipo de entrevista foi a sua elasticidade, quanto à duração, pois, permitiu uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos. Além disso, a interação entre entrevistadora e entrevistadas proporcionou uma abertura e maior proximidade, favorecendo a troca efetiva entre as duas partes.

As três modalidades de entrevista colaboraram muito na investigação dos aspectos afetivo e valorativo das informantes, o que determinou significados pessoais de suas atitudes e comportamentos. Suas respostas espontâneas e a maior liberdade que estas modalidades de entrevista fizeram surgir questões inesperadas, como a questão do poder, que propiciou a construção de mais um capítulo neste trabalho.

As entrevistas foram realizadas no período de outubro de 2007 a janeiro de 2008, com um universo de dez informantes que desempenharam papel revelador acerca das questões que coloco. Foram as seguintes categorias:

A primeira com Inocência Gasparim, que no ano de 1993 quando foi criado o GAM, era coordenador regional da FASE localizado em Capanema. Esta entrevista teve como objetivo informar a respeito do que motivou a criação do MMNEPA e como a FASE influenciou a criação do Movimento.

A segunda categoria foi a do conjunto de militantes e participantes do Movimento, duas mulheres fundadoras e que até este ano de 2008 permanecem no Movimento e cinco de inserção mais recente, além de dois homens, com a finalidade de obter elementos sobre como ocorre a inserção e a socialização das mulheres agricultoras no MMNEPA.

Não houve entrevista com lideranças atuais do Movimento por falta de disponibilidade de tempo das mesmas. Porém a Senhora Ivana Nobre, secretária da FASE/ Capanema no período de criação do movimento e coordenadora do mesmo por vários anos, apesar de morar e trabalhar atualmente em Brasília, contribuiu com este trabalho, concedendo-me entrevista por telefone.

Nessas entrevistas, houve a utilização de gravador, associado ao diário de campo o que me permitiu registrar as falas das entrevistas e outras impressões.

Quadro 1 - Entrevistas realizadas

História de vida		Entrevista não-estruturada		Entrevista semi-estruturada			
Entrevistadas	Período de realização	Entrevistado (a)	Período de realização	Homens		Mulheres	
				Entrevistados	Período de realização	Entrevistadas	Período de realização
NR	Outubro 2007	Inocência Gasparim	Outubro 2007	MG	Novembro 2007	CS	Novembro 2007
						RZ	Dezembro 2007
						JC	Janeiro 2008
MC	Março 2008	Ivana Nobre	Março 2008	VS	Dezembro 2007	RB	Janeiro 2008
						LM	Janeiro 2008

## 1.5 SÍNTESE BIOGRÁFICA DAS (DOS) ENTREVISTADAS (DOS)

### 1.5.1 Entrevistadas (os) Fundadoras (es)

Inocência Gasparim foi convidado a coordenar o Escritório regional da FASE em Capanema no início da década de 1990 e levou consigo sua companheira, à época, Ivana Nobre que assumiu a secretaria da instituição.

Inocência foi um grande incentivador do movimento, segundo este, sob sua coordenação a equipe técnica da FASE Capanema participou de um programa de capacitação em gênero e políticas públicas, em que cada equipe deveria pensar

uma atividade a ser realizada com as mulheres. Também havia segundo Inocêncio, uma orientação da FASE Nacional para um trabalho efetivo com as mulheres. O MMNEPA então foi gestado a partir desse contexto aliado à necessidade de organização das próprias mulheres. Nesse processo teve grande importância a cooperante alemã, Ursula Danzer que visitou vários municípios conversando e convencendo as mulheres a participarem do processo de organização do movimento.

Em 1997 Ivana foi eleita Diretora-presidente do MMNEPA, em uma assembléia em que estiveram presentes, com direito a voto, 138 delegadas de quatorze municípios<sup>2</sup> Nordeste Paraense. Ficou nessa atividade até o ano de 2000, quando por motivos pessoais afastou-se do Movimento e mudou-se da região. Permaneceu assessorando o Movimento à distância até que outras tarefas a envolveram integralmente. Para esta, o MMNEPA foi um espaço de grande formação e aprendizado. As mulheres que conviveram com Ivana a consideram a melhor coordenadora que o Movimento já possuiu: dinâmica, inovadora, coerente, respeitadora das condições de cada mulher.

N.R., em 2008, com 28 anos de idade, é agricultora sindicalizada, solteira. Sua família é composta pela filha de três anos de idade, seu pai e mais cinco irmãos: três homens e duas mulheres. Possui o ensino médio e grande vontade de cursar o ensino superior, com intuito tanto de satisfação pessoal, como de qualificação para o mercado de trabalho.

Suas atividades na agricultura são relativas ao cuidado com as criações de porco e galinha; colheita e despulpamento de frutas; apanhação e secagem de pimenta-do-reino e contribuição no trabalho da roça de maniva, feijão e milho.

Iniciou sua trajetória, no movimento social, em 1985, aos cinco anos de idade, acompanhando sua mãe, primeiro nas atividades da Pastoral da Mulher da Igreja Católica, e depois, na Associação e no Sindicato.

Esteve presente na ocupação do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Nova Timboteua, em 1985, quando as mulheres ali permaneceram por dez dias, visando a realização de um processo eleitoral em que a entidade fosse

---

<sup>2</sup> Mãe do Rio, Capanema, Terra Alta, Peixe-Boi, Maracanã, Salinas, Irituia, Ourém, Santa Maria do Pará, Santa Luzia do Pará, Vila Fátima, Nova Timboteua, Ourém, Capitão Poço.

fortalecida e se tornasse, realmente, defensora dos interesses e necessidades dos trabalhadores rurais.

Em 1992, aos doze anos, aderiu à Associação da Mulher Timboteuense Margarida Barbosa (AMMB). E em 1993, aos treze anos, participou da reunião que deu origem ao GAM, transformado depois em MMNEPA, no qual permanece até os dias atuais, porque acredita que através do movimento pode-se mudar a posição de subordinação das mulheres. Sua motivação para participar é a capacitação. Em cada atividade, sempre há novos conhecimentos, as mulheres são formadas, no dia-a-dia até, sem perceber que há um processo de formação.

N.R. já fez parte da Comissão executiva do movimento em vários períodos. No III Congresso, realizado em 2001, foi eleita tesoureira para o período 2001 a 2005, função a qual renunciou em 2004, porque estava grávida e precisava de tempo para cuidar de si e de sua filha.

M. C. tem 54 anos, é viúva e possui seis filhos, todos adultos, e vários netos menores de dez anos. É sindicalizada, professora já aposentada, mas, também é costureira, catequista da Igreja Católica e militante do Partido dos Trabalhadores. Cursa o sexto semestre do Curso de Licenciatura em Pedagogia por uma universidade privada. Suas atividades agrícolas são a horticultura, a criação de pequenos animais e a composição de sistema agroflorestal.

Através de seu marido, então sindicalista, teve contato com o movimento social atingindo um nível de esclarecimento que a credenciou a ser convidada pelos técnicos da FASE a participar da reunião de constituição do GAM, nos dias 03 e 04 de abril de 1993, em Capanema.

Em 1995, no I Congresso, quando o GAM foi transformado em MMNEPA, M.C. eleita delegada. No II Congresso presidiu a assembléia que aprovou o Estatuto e oficializou a fundação do movimento, em 14 de setembro de 1997. De 1997 a 2000 fez parte da diretoria executiva do movimento.

O que a mantém no movimento é consciência de que deve lutar para adquirir conhecimento e para que outras mulheres adquirindo-o, também, possam realizar qualquer atividade com responsabilidade e competência. Nos últimos três anos tem atuado mais na formação, pois considera o trabalho do movimento um esforço de multiplicação dos saberes.

### 1.5.2 Entrevistadas de inserção mais recente

C.S. tem 30 anos de idade, é casada, tem filhos e vive com sua família em uma área quilombola. Possui o ensino médio e é sindicalizada. A primeira organização social na qual participou foi do Clube de Mães da localidade na qual reside, acompanhando sua mãe. Na agricultura sua família trabalha com a cultura da mandioca, suas tarefas são no plantio, trato e transformação do produto em farinha.

Seu primeiro contato com o MMNEPA ocorreu através do trabalho da cooperante da FASE Ursula Danzer, que propôs às mulheres da localidade em que morava formar uma associação a qual deram o nome de Associação de Mulheres Maria Angelina (AMMAS), da qual participa desde 1990, aos 12 anos.

No MMNEPA está desde 1995. Participou de várias capacitações dentre as quais lhe chamaram atenção as de criação de frangos, a de apicultura e a de corte e costura, capacitações que promovem geração de renda.

Para C.S. o apoio que o MMNEPA dá às mulheres é o que tem de mais importante. Nunca pensou em sair do movimento, pois este facilita muito a sua vida. O movimento dá condições e oportunidades de participação nos cursos e oficinas custeando as despesas de locomoção.

Ela já foi convidada para fazer parte da Comissão Executiva do MMNEPA, mas não aceitou, pois pensa que para assumir uma função dessa natureza é necessário ter conhecimentos específicos, não deve ser apenas para ter *status*, tem que ter certeza do que vai fazer.

R.B. tem 41 anos de idade, é casada e mãe de cinco filhos adolescentes e jovens. É sindicalizada, assumindo no período de 2007 a 2009 a coordenação da Secretaria de Mulheres do STTR, no qual atua. Também faz parte da coordenação da Associação de Mulheres do Campo e da Cidade do município em que reside.

Sua participação no trabalho agrícola familiar se dá no plantio e transformação da raiz de mandioca em farinha e na criação de frangos, tanto para consumo como para comercialização.

No ano 2000 foi convidada a representar o STTR, do qual à época já era associada, em uma reunião em outra cidade. Nunca havia saído do seu município para esse tipo de atividade. A reunião era do MMNEPA, a partir de então se engajou

e muita coisa mudou em sua vida. No início, o marido implicava com ela e sempre acabava em briga, mas ela não desistiu.

O que mais chama sua atenção e que também é o que a faz permanecer no movimento são as formações que contribuem para o seu crescimento. A primeira mudança que ocorreu consigo a partir de sua inserção no MMNEPA foi a independência em relação à tomada de decisões. Realizava atividades similares às do marido no roçado e ao final do mês não obtinha dinheiro para suprir suas "necessidades de mulher". Por isso mesmo a capacitação que mais lhe chamou atenção foi de relações de gênero, a partir desta obteve elementos para argumentar com o marido e poder continuar participando do movimento.

R.Z. é casada, mãe de cinco filhos, três menores de dez anos, um rapaz e uma jovem casada que já lhe deu uma netinha de menos de dois anos e já está grávida novamente. É sindicalizada e coordena o grupo de mulheres da associação da comunidade em que reside. A atividade de sua família é o extrativismo com a exploração de açazais manejados, onde contribui na colheita do produto. Individualmente e na associação trabalha com artesanato de sementes e palhas variadas.

Em sua participação no MMNEPA, desde 2002, as diversas capacitações que recebeu contribuíram para que formasse um elenco de conhecimentos que contribuíram, e contribuem, para o seu crescimento pessoal. Esses conhecimentos são reproduzidos em formato de cursos e oficinas que são ministrados a título de consultoria que no ano de 2007 formaram a base da renda monetária de sua família.

J.C. é separada, mãe de três filhos pré-adolescentes, coordena um grupo de jovens e mulheres urbanas e rurais. Sua experiência de trabalho agrícola está relacionado ao quintal, incluindo horta de verduras e de plantas medicinais e frutíferas e criação de pequenos animais.

Seu primeiro contato se deu, quando no ano de 2001 foi realizado um intercâmbio de mulheres de vários municípios inseridas no MMNEPA, para trocar experiências relacionadas às suas atividades na agricultura. Ela foi convidada a participar achou muito interessante a experiência e se interessou em conhecer o Movimento, já faz sete anos.

Aquilo que mais chama sua atenção são os cursos oferecidos às mulheres porque contribuem para que elas se empoderem<sup>3</sup> e descubram-se fazedoras da história e não meras expectadoras.

J.C. faz o acompanhamento de um grupo de jovens (de sexo feminino e masculino), filhos de mulheres inseridas no MMNEPA; diz ser muito importante formar pessoas jovens, mulheres e homens que dêem continuidade ao movimento.

L.M. possui 32 anos, é casada e mãe de dois filhos de quatro e seis anos de idade. Do grupo de agricultoras entrevistadas é a única que é apoiada e incentivada pelo marido. Diz que na unidade familiar existem muitas tarefas relacionadas à agricultura, no entanto, as suas atividades são relativas aos cuidados com o bem-estar da família. Para ela lavar, passar, cozinhar e cuidar da casa são tanto atividades das quais depende a sobrevivência da família, quanto as roças de mandioca, as criações e a horta. Está bem assim pra ela, sente-se realizada, pois faz o que mais gosta: cuidar da família.

Sua inserção no MMNEPA se deu no ano de 2004, através do marido que foi convidado a prestar serviço de monitoria em projetos de apicultura. O que mais gosta no Movimento é de estar presente nos cursos que são oferecidos. É uma oportunidade de sair um pouco de casa, de respirar outros ares e voltar revigorada para continuar suas atividades. Nos cursos de formação em relações de gênero aprendeu lidar melhor com os filhos e com o marido. Aprendeu a aproveitar tudo que tem na roça para enriquecer a alimentação da família, propiciando assim a segurança alimentar de seu núcleo familiar.

### **1.5.3 Homens entrevistados**

V.S. aos 35 anos é solteiro e ainda reside com a família, da qual ajuda a prover o sustento. Sua atividade agrícola principal é a apicultura. Seu primeiro contato com o MMNEPA foi no ano de 2005. Por ter-se inserido na Associação de Mulheres do município em que reside, foi convidado a estar presente nas

---

<sup>3</sup> O empoderamento, para as mulheres inseridas no MMNEPA tem sentido de crescimento, de autonomia e emancipação, de superação da posição de subalternidade histórica. O termo será discutido, ainda, no capítulo IV.

comemorações do Dia Internacional da Mulher que segundo este foi comemorado com massagem.

Após essa atividade, V.S. ficou prestando pequenos serviços ao MMNEPA em troca de pagamento de diárias. Foi, então, realizado um curso de massoterapia e a Associação da qual participa tinha direito à duas vagas, porém, apenas uma das associadas se dispôs a fazer o curso e para ocupar a outra vaga V.S. foi convidado, o que aceitou imediatamente, pois, estava muito interessado na temática.

Como o curso foi aprofundado e realizado em vários módulos, garantiu a V.S. exercer a atividade de massoterapeuta e fazer o acompanhamento das colegas que fizeram o curso. Depois disso, apesar do preconceito das mulheres não mais se afastou do Movimento, onde permanece e não tem pretensões de se afastar. Segundo V.S. as mulheres que mais discriminam os homens são as que menos aproveitam as oportunidades de crescimento oferecidas pelo movimento. É comum, ouvir mulheres dizendo que os homens não deveriam participar dos cursos de formação, pois ocupam um espaço que é das mulheres.

M.G. tem trinta e oito anos, é casado e possui dois filhos. Seu primeiro contato com o MMNEPA foi através de sua esposa que convidada por uma amiga se inseriu no Movimento. O que mais chamou sua atenção foram os projetos de geração de renda que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida da sua família.

Sua família sempre cultivou mandioca e trabalhou com seus derivados: tucupi, goma, farinha d'água e de tapioca. Após a sua participação em um curso de piscicultura promovido em parceria com a FANEP se interessou pelo tema, buscou aprofundar os conhecimentos e conseguiu ter um projeto elaborado por técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e obteve, via PRONAF, financiamento para trabalhar com esta atividade.

## 2. MULHERES AGRICULTORAS EM MOVIMENTO

### 2.1 O CENÁRIO DE REPRODUÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Muitas terminologias foram empregadas historicamente para se referir ao mesmo sujeito: camponês, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência, agricultor familiar. A substituição de termos obedece, em parte, à própria evolução do contexto social e às transformações sofridas por esta categoria, mas é resultado de novas percepções sobre o mesmo sujeito social.

Neste trabalho assumo o termo agricultura familiar que não é novo, contudo, seu uso recente demonstra a ampla penetração nos meios acadêmicos e nas políticas de governo, nos movimentos sociais adquire novas significações. Isso fica visível quando o governo federal implanta uma política pública voltada para este segmento, como foi o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) ou quando cria a Lei da Agricultura Familiar (11.326/2006), a primeira lei a fixar diretrizes para o setor.

No meio acadêmico encontramos várias reflexões que analisam o conceito de agricultura familiar. Wanderley expressa que

“A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação” (2001:21).

A delimitação geral da categoria agricultura familiar combina critérios, como o tamanho da propriedade, predominância familiar da mão-de-obra e do rendimento e gestão familiar da unidade produtiva. Tal delimitação é abrangente o suficiente para incluir a diversidade de situações existentes no Brasil.

De acordo com Neves (2004:46), o termo agricultura familiar corresponde a “formas de organização da produção, em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas”. Este não é um segmento com características idênticas, mas é assim denominado por ter uma organização sócio-econômica que procura relacionar a produção agropecuária com a reprodução do grupo familiar utilizando predominantemente mão-de-obra familiar.

A agricultura familiar possui algumas características centrais que a partir de Bittencourt; Sabbato (2000) podem ser assim definidas:

“A gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitas pelos indivíduos que mantêm entre eles laços de sangue ou de casamento; a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza a sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. Caracterizando assim os agricultores familiares a partir de suas relações sociais de produção superando a tendência de associar este segmento equivocadamente à pequena produção”.

Sendo a família o elemento básico da gestão da produção e do trabalho disponível internamente, a organização familiar opera nas seguintes direções: produção, consumo e conservação do patrimônio, com uma lógica de produção e reprodução (Oliveira, 2002). A presença dos membros da família, que não são remunerados por atividade externa, na propriedade executando o trabalho agrícola é fundamental para garantir com o rendimento obtido, a sobrevivência de todos.

No espaço da agricultura familiar são desenvolvidos basicamente dois tipos de trabalhos: os relacionados ao espaço reprodutivo e os relacionados ao espaço produtivo. Os primeiros formam um conjunto de atividades com o objetivo de produzir as condições para que as pessoas nasçam, desenvolvam-se e envelheçam, assistidas em suas necessidades durante todo o ciclo da vida. Segundo Almeida (1986):

“A unidade familiar se reproduz no ciclo anual, combinando trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional para atender o consumo familiar e para repor os insumos necessários ao reinício do processo. Trata-se do que se tem chamado de reprodução de ciclo curto ou anual. Mas também tem a reprodução de ciclo geracional, que diz respeito a como as famílias se reproduzem, perpetuam ao longo do tempo”.

O foco na primeira perspectiva seria a lógica econômica da família, via trabalho e consumo. A segunda perspectiva seria a lógica do parentesco que perpetua famílias via nascimento, casamento, morte e herança. Essas duas

perspectivas dão idéia da reprodução da família para si (nos ciclos curto e longo), o que possibilitaria a sua reprodução social.

Do trabalho reprodutivo ninguém prescinde, sendo que este envolve a elaboração de alimentos e os cuidados com higiene, vestuário, saúde, educação e apoio emocional aos indivíduos ao longo da sua existência. Do ponto de vista de quem elabora essa tarefa ou trabalho são exigidas várias habilidades e grandes esforços físicos e mentais. Os trabalhos relacionados ao setor produtivo englobam atividades de produção de bens e serviços, extração, cultivo, transformação e comercialização. Essas atividades produzem valores de troca, estão dirigidas, parcialmente, ao mercado e valorizam o extrato da população que a ela se dedica.

A agricultura familiar aparece como um dos modelos desejáveis, muitas vezes, apresentado como o mais justo, tanto diante das desigualdades sociais e econômicas, quanto do ponto de vista sócio-ambiental, mas especialmente, pela capacidade que teria de responder à situação da parcela pobre da população brasileira. Defendem esta posição vários movimentos sociais rurais, entre os quais, os movimentos de mulheres e setores do próprio governo.

Em termos de Amazônia, de acordo com Hurtienne (2001), as mudanças ocorridas em sua estrutura econômica, demográfica e ecológica dão origem a paisagens agrárias variadas. Grande parte da população amazônica rural é de agricultores familiares com uma produção destinada, primordialmente, à subsistência e, aos mercados locais, regional e nacional.

Nesta área classicamente ligada a uma agricultura itinerante (Schmitz, 2007) com limitada estabilidade territorial e diversidade agrônômica, sobressai-se, em 2008, uma tendência de diversificação crescente dos sistemas de produção agrícola, incluindo, de forma variável, culturas perenes, pequena criação, extração vegetal e pecuária. Essa diversificação, ao menos em parte do Estado do Pará, implica, também, uma “estabilização referente às diversas formas de agricultura familiar existentes (terra firme, várzea, estuário)” (Hurtienne, 2001: 177).

No Nordeste do Estado do Pará, a colonização começou no início do século XX na Zona Bragantina e estendeu-se para a região Guajarina nos anos 1940 e 1950, bem antes da fase da alta imigração para a Amazônia, em geral. Com a construção da estrada de ferro Belém – Bragança (1883-1908) se estabelece um sistema de produção com base numa agricultura itinerante de pousio, já altamente orientado para o suprimento do mercado de Belém – nos anos 1940 e 1950.

Ainda neste ano de 2008, no Nordeste Paraense a agricultura familiar segue uma estrutura e dinâmica de pousio, utilizando as tradicionais técnicas de corte e queima (Schmitz, 2007) na preparação do solo para o plantio de culturas anuais, com ênfase para a mandioca.

Os sistemas de produção se estendem em direção às culturas perenes e à bovinocultura. A avicultura e a suinocultura, já praticadas pelos agricultores se intensificam. A apicultura e a piscicultura, consideradas de fácil manejo e alta rentabilidade econômica, despontam como alternativa de geração de trabalho e renda para os agricultores familiares desta região.

## 2.2. RELAÇÕES DE TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com Silvestro et al. (2001) não há atividade econômica em que as relações familiares tenham tanta importância como na agricultura. A maior parte da agricultura contemporânea não se apóia na separação entre negócio e família, e o local de residência geralmente se confunde com o local de trabalho. Na “unidade indissolúvel de geração de renda” (Chayanov apud Silvestro et al., 2001) que é a agricultura familiar, cedo os filhos e filhas integram-se aos processos de trabalho. Paulatinamente assumem as atribuições de maior importância e chegam à adolescência não só dominando as técnicas observadas durante a vida, mas os principais aspectos da gestão do estabelecimento.

Na unidade familiar, a produção e reprodução do patrimônio e das pessoas parecem um processo único. Momentos diversos compõem o processo produtivo anual das culturas e o ciclo de desenvolvimento da família, o que propicia uma naturalização da divisão do trabalho. Há condicionamentos culturais que determinam a posição de cada indivíduo na propriedade e na família. Embora esposa e filhos também conheçam as diferentes etapas do processo produtivo, é o pai que reúne todas as condições, sendo considerado o dono do saber. Transforma-se assim o saber em um componente reforçador da hierarquia familiar.

O trabalho realizado pela mulher na agricultura é assimilado à obrigação natural que ela tem de “ajudar” o marido. A razão desta maneira de ver reside, por um lado, no fato de que, em contextos agrícolas, a atividade profissional e a vida

familiar se desenvolvem no mesmo lugar. Por outro lado, no fato de as relações no seio de um casal de agricultores serem ao mesmo tempo relações de cônjuges e de colaboradores (Brumer, 2000).

De acordo com Maneschy (2001: 169), “a posição das mulheres em relação ao trabalho deve ser analisada considerando seu papel socialmente construído quanto à família”. O trabalho doméstico muitas vezes é sentido como uma atividade desvalorizada e cansativa. É um trabalho subestimado, isolado, invisível e ao qual é atribuída pouca importância, porque não gera dinheiro.

"Fui criada ouvindo meu pai dizer que filha mulher só dá despesa, porque só vive dentro de casa, não trabalha, trabalho é o que o homem faz no roçado" (CS).

Costa; Kato (2007), em pesquisa sobre trabalho de homem e trabalho de mulher em cinco localidades dos municípios de Igarapé-Açu e Marapanim, Nordeste do Estado do Pará, confirmam essa tese. Os homens entrevistados não consideram as tarefas exercidas pela mulher no âmbito da casa como “trabalho de verdade”. Contudo, é uma atividade indispensável para a manutenção da formação social e integridade familiar, dado que o trabalho doméstico, além da criação dos filhos, é responsável pela produção de valores de uso para o consumo dos membros da família, produção esta que contribui para a reprodução da força de trabalho.

O trabalho doméstico ainda é depreciado, o que perpetua discursos de desigualdade nas relações sociais sexuadas e mantém a assimetria e a submissão do feminino pelo masculino. Se for o homem se trata de trabalho pesado, se for a mulher é ajuda ou trabalho leve, não importa a força física utilizada.

Ainda segundo Costa; Kato (2007), na região de Igarapé-Açu e Marapanim muitas vezes, o trabalho que a mulher exerce na roça é considerado apenas um auxílio ao trabalho do homem. Entretanto, mesmo sendo consideradas “pesadas”, atividades como roçar, capinar, arrancar mandioca, torrar farinha, são exercidas pelas mulheres.

A distinção entre trabalho pesado feito pelos homens e trabalho leve feito pelas mulheres não se deve a uma qualidade do esforço despendido, mas, ao sexo de quem o executa, de modo que qualquer trabalho pode ser considerado leve se feito por mulheres, por mais exaustivo, desgastante ou prejudicial à saúde que seja.

O mesmo fenômeno se repete quando da divisão entre trabalho doméstico e trabalho produtivo: "é doméstico, se é atribuição da mulher" (Paulilo, 2004:8).

Na agricultura familiar entende-se o pai de família como aquele que possui capacidade para participar de todo o processo de trabalho, quando está ausente, o filho mais velho ou outro membro da família, maior de idade e do sexo masculino, estará habilitado a assumir o seu lugar. A figura do pai – homem como representação principal da agricultura familiar reflete a cultura que secularmente elegeu o masculino como responsável pelo exercício das atividades desenvolvidas fora do espaço da casa, uma vez que o âmbito de trabalho da casa é o lugar da mulher. Em geral, essa ideologia existe, mesmo quando a participação da mulher no mundo do trabalho é cada vez mais crescente. A não ser quando a própria mulher é a chefe da família, então, ela passa a ser responsável por todas as etapas do trabalho agrícola, do preparo da terra à comercialização.

É crença comum que a mulher atua na condição de ajudante no processo produtivo, porque, ao contrário do homem, ela trabalha eventualmente e dedica poucas horas às tarefas ligadas ao setor, pois, têm a incumbência dos afazeres domésticos. Além disso, só desenvolve as atividades ditas leves. Porém, há mulheres que são as únicas responsáveis pelo núcleo familiar e que, por isso, desempenham todas as atividades agrícolas, sejam elas domésticas ou produtivas leves ou pesadas.

É socialmente reconhecido e valorizado o trabalho produtivo que faz parte das estatísticas oficiais. Se uma agricultora produz raízes e hortaliças para alimentar a família, não se considera que ela esteja trabalhando. Se ela produz raízes e hortaliças para vender e com os recursos provenientes da venda, compra mantimentos, ela é considerada como contribuinte da economia.

O trabalho do homem é considerado mais importante, porque envolve a responsabilidade com a administração do estabelecimento. A dificuldade em perceber o trabalho total da mulher do campo também é revelada nas fontes estatísticas oficiais, em que seu trabalho não é considerado como tal, tornando invisível o papel dela no desenvolvimento da agricultura familiar.

Por não serem reconhecidas como importante força de trabalho, as mulheres, até pouco tempo atrás, não eram incluídas nos projetos e formulações de políticas destinadas à agricultura em geral, porque se subestimava a quantidade e a qualidade do trabalho feminino na unidade familiar.

Durante longo período os órgãos oficiais, consideraram atividades econômicas apenas aquelas que proporcionam renda direta. Desta forma, só lhes reconhecia um papel secundário, de ajudante, quando na realidade elas assumem responsabilidades tão importantes quanto as dos homens (Brumer, 2000).

Nos últimos anos o lugar das mulheres e as questões de gênero no âmbito das políticas públicas para a agricultura vêm sendo assumidos publicamente pelos governos. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, atualmente, possui uma assessoria especializada para essa área e, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), estabeleceu linha de crédito específico para as mulheres a partir da safra 2003/2004, o PRONAF Mulher. Um crédito de investimento voltado à valorização do trabalho das mulheres do campo e para o fortalecimento das atividades produtivas desenvolvidas por elas individual ou coletivamente.

Esta iniciativa é importante, mas ainda insuficiente, uma vez que as desigualdades entre homens e mulheres na agricultura familiar repousam nas estruturas do próprio modelo que, até o momento, são pouco questionadas. Pensar uma política de desenvolvimento rural exige reflexões e proposições que tratem da questão mais ampla das relações sociais no campo (Portella et al., 2004).

### 2.3 – QUANDO AS MULHERES SE ORGANIZAM

Os movimentos sociais rurais, que durante longo período foram, majoritariamente, ocupados por homens, além de influenciarem na redução das desigualdades entre a zona rural e a urbana, também, tiveram efeitos positivos sobre a vida do conjunto dos trabalhadores do campo e favoreceram o acesso das mulheres a direitos e a políticas públicas. A presença e a participação das mulheres foram lentamente conquistadas. De modo que elas “saíram do anonimato, do não reconhecimento como agricultoras para iniciar sua inserção nas políticas públicas governamentais” (Portella, 2004).

A formação de movimentos das mulheres em geral, e das agricultoras em particular, assinalou a participação das mulheres nos movimentos sociais, o que significou a entrada das mulheres num espaço tradicionalmente representado pelos

homens. As mulheres agricultoras ganharam maior visibilidade no espaço social e político brasileiro, transformando-se por este modo em “sujeitos políticos no cenário nacional” (Nobre, 2002).

De acordo com informações de Heredia; Cintrão (2006), os movimentos de mulheres rurais, entre os anos de 1986 e 1988, ainda embrionários e geograficamente limitados, contribuíram nas mobilizações para a participação popular na Assembléia Constituinte. Ganharam forças e se ampliaram com o estímulo e o apoio de organizações sindicais de âmbito nacional, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Central única dos Trabalhadores (CUT), os Conselhos Nacional e Estaduais dos Direitos da Mulher e a cooperação internacional (por meio de organizações não-governamentais feministas).

Pela primeira vez (na Constituição de 1988), foi colocada em nível nacional uma negociação de políticas públicas que considerava a questão das mulheres rurais. A partir de então, os movimentos de mulheres rurais ganham visibilidade e têm um impulso para a sua nacionalização. Sob influência das mobilizações da Constituinte, acontece, em 1988, o I. Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG. O encontro desencadeou a organização nacional das mulheres dentro do movimento sindical de trabalhadores rurais, permitindo grande ampliação geográfica, graças à presença capilar de sindicatos de trabalhadores rurais em todos os estados e em grande número de municípios. A partir daí, há aumento progressivo na participação das mulheres no movimento sindical.

Em maio de 1994 o movimento sindical nacional realizou do 1º Grito da Terra Brasil, que mobilizou mais de 100 mil trabalhadores rurais de 23 estados, em Brasília e nas capitais dos estados, onde se negociou com os governos (federal e estaduais) uma pauta de reivindicações. Essas mobilizações foram inicialmente realizadas pelo Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT e, apesar de haver uma representante da Comissão de Mulheres da organização, não existia uma pauta voltada para elas. Progressivamente, no entanto, as questões de interesse das mulheres passam a ser incorporadas na negociação dos Gritos.

No ano 2000, no contexto da organização da Marcha Mundial das Mulheres: 2000 Razões para Marchar, aconteceu a primeira Marcha das Margaridas, uma grande mobilização nacional que segue moldes parecidos com a dos Gritos da Terra, organizada pelas mulheres filiadas à CONTAG. A Marcha das Margaridas

reuniu em Brasília de 10 mil a 20 mil mulheres sob o lema Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista. Em 2003, em sua segunda edição, estima-se que entre 40 mil e 50 mil mulheres de todas as partes do país estiveram presentes, numa das maiores manifestações de mulheres em nível nacional. Durante as marchas, uma pauta de reivindicações é entregue ao Presidente da República e negociada com o governo.

As Marchas das Margaridas foram um marco, porque permitiram colocar em negociação com o governo federal antigas e novas reivindicações dos movimentos de mulheres rurais. Provavelmente, as mobilizações também levaram as discussões sobre os problemas de gênero para um número mais amplo de mulheres

As principais questões colocadas em pauta referem-se àquelas historicamente levantadas pelos movimentos de mulheres e, principalmente, às relacionadas ao reconhecimento da mulher rural como trabalhadora na agricultura. Incluem vários itens relativos à reforma agrária e ao acesso à terra e questões específicas das mulheres, como as reivindicações de titulação conjunta das terras, de prioridade de assentamento das mulheres chefe de família e de garantia e ampliação dos direitos trabalhistas, previdenciários e sociais. Outro conjunto de reivindicações diz respeito ao acesso das mulheres rurais a políticas que fortaleçam seu papel na condição de agricultora, como crédito, programas de geração de renda e formação profissional, assistência técnica, programas de apoio à comercialização da produção da agricultura familiar e também de participação nas políticas de preservação ambiental.

Uma reivindicação importante, já transformada em política pública, e que de certa forma é pré-requisito para as demais, é de acesso à documentação básica (Carteira de Identidade e Profissional, Título Eleitoral, CPF). Incluem também temas comuns às pautas das mulheres em geral, como programas voltados para a saúde da mulher no campo, para o combate à violência sexista e a todas as formas de violência e discriminação no campo e questões relacionadas ao ensino, que se somam às reivindicações mais amplas de uma educação específica voltada para a zona rural. Além das iniciativas do movimento sindical, e com diferentes graus de interseção em relação a ele, ao longo dos anos 1990 multiplicaram-se movimentos sociais que envolvem as mulheres rurais.

Entre os movimentos sociais iniciados na década de 80 destacam-se as lutas das mulheres pelo seu reconhecimento efetivadas pelos movimentos autônomos de

mulheres agricultoras, cujo objetivo imediato foi “chamar a atenção do poder público e da sociedade civil em geral para o reconhecimento, a ampliação e o efetivo exercício de seus direitos” (Burg, 1995:5).

De acordo com Heredia; Cintrão (2006) essas organizações específicas de mulheres rurais datam do início dos anos 1980, estimuladas, principalmente, por setores da Igreja Católica, pelo movimento sindical e pelos partidos políticos. Esses movimentos se expressam e ganham visibilidade por meio de encontros, congressos, passeatas, marchas. Os processos regionais se consolidam com a fundação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), em 1989, e do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), em 1986, movimentos que se mantêm até hoje independentes, embora próximos, do movimento sindical.

Para Nobre (2002), muitos estudos têm colocado a participação política das mulheres num contexto geralmente percebido como uma das formas de articulação ou a passagem da esfera privada à esfera pública. O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e suas derivações têm sido o lugar em que estas mulheres se fazem “sujeitos” políticos. Nele, e através dele, constroem sua identidade de mulher agricultora:

“Eu sou agricultora familiar porque sempre morei na zona rural, é com esse ambiente que me identifico, com a qualidade de vida que tenho. Cuido da casa, das criações de galinha e porco, apanho e despolpo frutas, colho pimenta-do-reino e coloco para secar. Na roça participo do plantio e colheita, temos maniva, feijão, milho, gerimum e maxixe” (NR).

Ao se posicionar como agricultoras familiares, as mulheres criam espaços de conversa, troca e conjugação de interesses, afinando discursos e tecendo relações entre elas próprias e com outros atores sociais, seja através de campanhas dirigidas às próprias mulheres rurais, seja pelas reivindicações demandadas ao Estado enquanto direitos a serem conquistados.

Esse é um processo criativo e inventivo, embora, nem sempre os elementos sejam novos e emancipadores, permitem uma experiência pela qual essas mulheres se fazem “sujeitos” de si mesmas. As mulheres rurais que sempre estiveram colocadas nos lugares obscuros e fora da acústica da história, com os movimentos

sociais conquistam a fala e se fazem ouvir, constroem um espaço próprio no campo da luta política e na esfera pública (Farias, 1996).

As principais questões que estão na origem dos movimentos de mulheres rurais são o reconhecimento da profissão de agricultora (e não como doméstica); a luta por direitos sociais, especialmente o direito à aposentadoria e ao salário-maternidade; o direito à sindicalização e questões relacionadas à saúde da mulher.

Também aparece o tema do acesso à terra, com as mulheres reivindicando a reforma agrária, a titulação da terra conjunta (em nome do casal) ou em nome da mulher chefe de família e o direito das mulheres solteiras ou chefes de família serem beneficiárias da reforma agrária.

Esses movimentos e suas conquistas propiciaram uma visibilidade e um reconhecimento às mulheres rurais enquanto agentes políticos. Ainda de forma incipiente, elas passassem a existir como categoria específica, com organização e reivindicações próprias.

As organizações de mulheres ampliaram-se por todo o Brasil e constituíram um Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais que foi se estruturando por Coordenações Regionais. Em 1995, criou-se a Articulação Nacional das Trabalhadoras Rurais, representando 22 organizações de 16 estados brasileiros.

Nesse processo é importante destacar a criação, em 1998, do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA). A criação dessa articulação resultou de debates iniciados em 1995, por ocasião da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, evento preparatório para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995). Nesse evento, as mulheres amazônicas enfrentaram resistências com relação à inclusão de suas demandas específicas no documento final, o que demonstrou a necessidade de fortalecer sua organização e mobilização. Após amplas discussões e tentativas de articulação, em 1998 foi realizado o I Encontro Internacional de Mulheres da Floresta Amazônica, evento que reuniu 250 mulheres e foi precedido por duas reuniões preparatórias e por um diagnóstico realizado nos estados do Pará, Amazonas e Rondônia com o objetivo de suprir as lacunas de informação relacionadas às mulheres amazônicas (Heredia & Cintrão: 2006).

A partir da realização desse encontro, o MAMA foi instituído em nove Estados da Amazônia Legal Brasileira (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), nos quais foram constituídos comitês estaduais. Ele tem desempenhado papel fundamental na inserção dos temas

específicos das mulheres amazônicas na discussão sobre políticas públicas, abarcando as áreas de acesso à terra, meio ambiente, saúde, educação, geração de emprego e renda, combate à violência e direitos humanos (OIT, 2005: 30).

No Nordeste Paraense o Grupo de Apoio à Mulher (GAM) que depois ficou conhecido como MMNEPA, reuniu as mulheres dessa região, especialmente as agricultoras, visando fortalecê-las na superação as desigualdades sociais, promovendo o desenvolvimento humano integrado e sustentável buscando a justiça social, emancipação das mulheres e equidade de gênero através da organização, formação e articulação (MMNEPA, 2003).

#### 2.4 O MOVIMENTO DE MULHERES DO NORDESTE PARAENSE (MMNEPA)

No dia 03 de abril de 1993 foi criado o Grupo de Apoio à Mulher (GAM), que em 1997, a partir do segundo congresso passou a ser denominado Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA). Esse movimento surge diante de uma conjuntura organizativa do trabalho da FASE<sup>4</sup> no Nordeste Paraense, preocupado em trazer as mulheres para a discussão organizativa e política da entidade.

Na equipe da FASE/Capanema trabalhavam nesta época: Carlos Bordalo, Sérgio Galiza, Hélio Soares, Francisco Vasques, Ivana Nobre, a Cooperante Ursula Danzer e o coordenador, Inocêncio Gasparim. Segundo este, a FASE tinha um papel de despertar a consciência crítica, principalmente no pequeno agricultor.

"O contexto regional era de luta para fazer com que os Sindicatos fossem coordenados pelos trabalhadores rurais e servissem as seus interesses e necessidades, a FASE assessorava esse movimento. Os homens participavam dos Sindicatos, já tínhamos um trabalho com os jovens, então, era necessário fazer um trabalho com as mulheres, já havia pressão de organismos internacionais para que isso acontecesse.

---

<sup>4</sup> A FASE é uma organização não governamental que trabalha com educação popular e desenvolvimento. No caso específico de Capanema/PA, a equipe desenvolvia ações de capacitação e qualificação junto a atores sociais da área rural da região, dando ênfase à construção de políticas e planos de desenvolvimento, acompanhamento, assessoria, formação e elaboração de projetos para associações/cooperativas de agricultores familiares, sindicatos de trabalhadores rurais, organizações de mulheres e jovens.

Também os técnicos da FASE participavam de uma Capacitação em Gênero e Políticas Públicas e cada equipe deveria pensar em uma tarefa que deveria ser empreendida ao final do curso, a nossa de Capanema pensou em criar um movimento das mulheres da região Nordeste Paraense.

Nós tínhamos um planejamento trienal. No triênio que iniciou em 1993 nós tínhamos a meta, como linha de ação organizar as mulheres da região, criar um movimento que as reunisse, mas não podíamos ser nós homens a organizar. Então quem começa? E foram Ivana Nobre, Secretária da FASE e a cooperada Ursula Danzer, que era uma feminista e que foi muito importante no processo organizativo e de fortalecimento do movimento.

Fizemos uma proposta de desenho da criação do movimento.

Identificamos e mobilizamos mulheres de vários municípios da região que tinham uma consciência crítica mais aprofundada. Reunimos com elas e começamos a discussão para formar uma coordenação provisória".

Para Ivana Nobre (2008), então secretária da FASE no regional de Capanema e, primeira coordenadora do Movimento, houve uma conjunção de organizações: STTR e Movimentos de Mulheres que já existiam, como a Associação Margarida Barbosa em Nova Timboteua, da qual participavam a Irmã Lygia, Beatriz, Dona Raimunda e tantas outras. Essas organizações estavam preocupadas em estabelecer um parâmetro da participação das mulheres, a FASE acomodou esses movimentos.

Havia uma percepção que no processo de organização e participação dos trabalhadores da região havia a ausência das mulheres na discussão, elas ficavam em casa cuidando da família para os homens participarem. Ora, na luta social, a participação deve ser geral: homens e mulheres. As mulheres estavam em vários setores: STTR, Clube de Mães, mas de forma tênue, de não expressão da sua participação.

É importante destacar que o MMNEPA é um Movimento que, a princípio, foi composto apenas por mulheres do meio rural e que posteriormente se expandiu para áreas urbanas, onde não conseguiu se afirmar tanto quanto no meio rural. Por isso, é um Movimento que tem na categoria agricultora familiar a maioria de suas participantes.

A FASE teve um papel preponderante na criação do MMNEPA. Estava dentro do seu objetivo, do seu programa, trazer as mulheres para a organização. Os homens ajudaram no processo de formulação do movimento, do estatuto e outros

documentos, foram grandes parceiros. Para as mulheres, o MMNEPA veio contemplar sua necessidade de organização e participação:

“O MMNEPA surgiu como uma demanda regional quando as mulheres estavam se organizando para ter direito à sindicalização e a FASE foi a articuladora. Era preciso organizar e conscientizar as mulheres do seu papel nos Sindicatos e da ocupação dos seus espaços” (NR).

Historicamente se observa que os movimentos sociais têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade considerando que apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão e mobilização e têm certa continuidade e permanência. Eles não são apenas reativos, movidos somente por necessidades imediatas. De acordo com Blumer (1951, apud por Gohn, 2006), os Movimentos Sociais são empreendimentos coletivos para estabelecer uma nova ordem de vida, eles surgem de uma inquietação social consequência de situações de insatisfação e do desejo de novas formas e oportunidades de vida, isso também era o desejo das mulheres naquele momento: participar do movimento social, como seus maridos, mas, também ter acesso a bens e serviços que melhorassem as suas condições de vida e trabalho. Assim, o MMNEPA que surgiu apenas como um Grupo de Apoio às Mulheres da região do Nordeste Paraense teve sua atuação aperfeiçoada e hoje atende a várias demandas, desde a luta pelo acesso às políticas públicas, como a redução e eliminação da violência contra a mulher, desde a família até a sociedade, inclusive de repúdio às diversas formas de discriminação social.

Possuir caráter sócio-político e cultural numa conjuntura específica de relações de força que caracterizam distintas formas de organizar e expressar suas demandas, de acordo com Gohn (2004), o identifica como movimento social. As ações do MMNEPA propiciam um processo de inserção em espaços coletivos não institucionalizados, gerando transformações na vida pessoal e das localidades em que moram as mulheres nele inseridas. As ações decorrentes dessa organização balizam interesses, identidades e projetos de grupos específicos, da geração de trabalho e renda à formação político-eleitoral.

As mulheres agricultoras do MMNEPA foram encorajadas por homens: assessores, militantes e dirigentes que utilizavam um discurso de igualdade de gênero e oportunidades, mas foram despertadas também para um novo tipo de ação política, questionando o seu status subordinado em razão do sexo na família, dentro

da igreja e no interior dos sindicatos de esquerda em que participavam. Na origem a participação das mulheres ocorreu tanto pelo estímulo como pela vontade e necessidade de participação em um movimento específico da categoria.

“Naquele momento o que motivou a vinda das mulheres para o grupo foi a necessidade de ocupação do seu espaço de mulher na sociedade” (MC).

A inserção das mulheres no MMNEPA foi largamente estimulada pela presença da FASE, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura e também da Igreja Católica. As mulheres responderam tanto com a sua presença, como mobilizando outras mulheres e trazendo consigo suas filhas, ainda meninas, algumas de 13, outras de 14 anos que continuam no Movimento, até hoje, como demonstra a fala a seguir:

“Comecei acompanhando minha mãe, ainda criança, aos cinco anos de idade, em 1985. Primeiro nas atividades da Igreja Católica, depois na Associação e no Sindicato. No MMNEPA comecei aos 13 anos de idade, em 1993, quando se criou o GAM e estou até hoje” (RN).

O início da organização do MMNEPA ocorreu, principalmente, através do que as informantes denominam de encontros de sensibilização e conscientização<sup>5</sup> da importância da organização das mulheres e também do conhecimento de si mesmas, vejamos:

“Quando nós começamos, trabalhamos bastante a parte emotiva das mulheres, os sentimentos delas, as dificuldades que elas sentiam. Nós tentamos prever o imaginário delas e, em determinado momento, fizemos aquele levantamento de quem sou eu, quais são os meus deveres, o que eu penso, o que eu quero; depois o que eu quero para a minha vida futura. Nós fizemos várias atividades nesse sentido, táticas de relaxamento. Fizemos a árvore da vida<sup>6</sup>; das bandeiras de luta das mulheres do Nordeste Paraense” (MC).

---

<sup>5</sup> A conscientização é mais do que saber o que se passa ao seu redor, é acima de tudo um processo histórico e neste sentido coloca Freire (1980:15): “[...] no ato mesmo de responder aos desafios que lhe apresenta seu contexto de vida, o homem se cria, se realiza como sujeito, porque esta resposta exige dele reflexão, crítica, invenção, eleição, decisão, organização, ação [...]”. A todas essas coisas pelas quais se cria a pessoa e, que fazem dela um ser não somente adaptado à realidade e aos outros, mas integrado podemos entender como conscientização. É o homem se descobrindo. É a luta para descobrir a si próprio, interrogando-se e buscando respostas aos seus desejos e observações.

<sup>6</sup> A árvore da vida, figura anexa ao trabalho, foi uma dinâmica utilizada para demonstrar a realidade das mulheres do Nordeste Paraense. Ela consta da figura de uma mulher nua com um balde na

Fica explícita a necessidade de preparar as mulheres para efetivamente participarem do grupo, não de qualquer maneira, mas, de forma qualificada. Sendo necessário conhecer a realidade das mulheres, para então propor ações que pudessem ao menos minimizar os problemas e dificuldades existentes. Assim, uma das primeiras ações do movimento foi realizar, ainda no ano de 1993, uma pesquisa intitulada “Mulher, cadê a tua cidadania”, com o intuito de saber quais os maiores obstáculos à cidadania da mulher. No total foram realizadas 207 entrevistas, divididas igualmente entre os municípios de Nova Timboteua, Mãe do Rio e Ourém, mulheres do campo e da cidade organizadas em grupos por faixa etária: menos de 30 anos; entre 30 e 40 anos; mais de 45 anos.

Um dos resultados obtidos foi que 61,7% das mulheres do meio rural participavam ativamente na vida comunitária, porém, apenas 4 em 10 mulheres participavam de associação e uma minoria (2,6%), fazia parte de associação de trabalhadores rurais, apesar de um número bem maior (19,7%) ser sócia dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. O que justificou mais ainda a criação de um movimento específico de mulheres da região.

Atualmente, o que faz com que as mulheres se associem ao MMNEPA e que ali se mantenham, além do fato de ser um espaço específico das mulheres, é o processo de capacitação que estimula a geração de trabalho e renda:

“O que faz com que as mulheres participem do MMNEPA hoje, o que chama atenção são os projetos de geração de renda em várias espécies de trabalho: apicultura, avicultura, horticultura, piscicultura, artesanato” (MC).

Para as mulheres que estão no MMNEPA desde o início esse cuidado com o desenvolvimento econômico das mulheres é muito importante, contudo, a sua permanência se dá, principalmente pela consciência adquirida:

“A mim, o que mantém é a minha consciência que eu consegui. A minha consciência de classe, de que eu devo lutar para adquirir conhecimento e para que as mulheres adquiram conhecimentos e que elas possam preencher as lacunas que estão vazias com a

---

cabeça, sentada com as pernas flexionadas. Ela possui vários braços e mãos, nestas estão objetos diversos, utilizados tanto no serviço doméstico como no trabalho agrícola, mas, também, no cuidado com os filhos e na sua própria formação (vassoura, panela, ferro, enxada, mamadeira, livro). Ela está grávida e por sua genitália saem vários cordões umbilicais em cada um há uma criança. Isso tudo dentro de um coração.

presença delas e que elas possam assumir essas atividades com conhecimento à altura e que busquem sempre mais conhecimento” (MC).

#### **2.4.1 Modo de organização no MMNEPA**

Para Blumer (1951, apud GOHN, 2006), no seu início, um movimento social é amorfo, desorganizado e ineficiente. Com o tempo este movimento se desenvolve e adquire a conformação de uma sociedade: organização, forma, corpo de costumes, tradições, lideranças, divisão de trabalho duradoura, valores e regras sociais – em resumo, cultura, organização e um novo esquema de vida.

No MMNEPA isso se deu em algumas etapas. Em primeiro lugar, os técnicos da FASE mapearam as mulheres que apresentavam certo nível de criticidade e as convidaram para o que denominaram Primeira Reunião de Mulheres da Região Bragantina. Estavam presentes, além de Inocêncio Gasparim, então coordenador da FASE Capanema e, Ursula Danzer, cooperante<sup>7</sup> do DED/FASE, as lideranças: Luci, Áurea e Ana de Nova Timboteua; Maria Raimunda, Gracinete e Marizete de Vizeu; Izaura e Iomar de Bragança; Graça e Benedita de Nova Esperança do Piriá; Deuzarina, Ivanilde, Andréia e Ivana de Capanema; Maria do Céu de Mãe do Rio, todas se tornaram membros da primeira coordenação do MMNEPA, sob a coordenação de Ivana Nobre.

Cada participante saiu da reunião com a tarefa de mobilizar mais mulheres nos seus municípios de origem. Na segunda reunião, o grupo foi ampliado, assim começou um trabalho de capacitação de lideranças para a constituição de um movimento regional.

O acúmulo do movimento advém das graduais e persuasivas modificações imprimidas nos valores das mulheres, o que as levou a desenvolver novas crenças e pontos de vista ou ampliar os já existentes, numa emergência de novas escalas de valores influenciando a forma como passaram a olhar a si próprias, buscando a sua emancipação. Então o movimento se tornou referência e indicador de ação.

---

<sup>7</sup> A cooperante atuava na área de geração de renda e assessoria organizacional do MMNEPA. Assessorava os grupos de mulheres que desenvolve projetos comunitários de geração de renda. Capacitava as mulheres nas áreas da elaboração do projeto, estudo de mercado, cálculo de custos, solicitação de projetos, organização da produção, contabilidade e prestações de contas dos projetos.

O MMNEPA, no processo evolutivo de quinze anos, atingiu um nível organizacional do qual fazem parte metas e objetivos bem definidos, organização e estrutura desenvolvidas, constituindo-se uma sociedade. Possui lideranças bem conhecidas e suas participantes têm consciência do coletivo. Apresenta valores, filosofias e regras.

Em sua estrutura organizacional há uma diretoria executiva, composta por coordenadora e vice, secretária e tesoureira, um conselho fiscal e um conselho composto por uma representante de cada um dos treze municípios em que estão os sessenta e três grupos de mulheres ligados ao MMNEPA. Os municípios estão organizados em quatro micro-regiões: Guamá I, Guamá II, Estrada/Salgado e Bragantina.

Os temas prioritários são discutidos em cada um dos grupos em que as mulheres participam e que compõem o Movimento; posteriormente, a discussão é ampliada em encontros micro-regionais e depois em encontros gerais. Isto demonstra que há um processo de discussão que permeia todos os níveis da organização, o que é facilitado pelo fato de que a coordenação geral é formada por representantes dos grupos sub-regionais e municipais permitindo uma participação efetiva.

Considerando essa forma de organização pode-se perceber uma clara distinção entre mobilização e participação. O Movimento tanto é capaz de mobilizar centenas de mulheres para eventos amplos, como o Dia Internacional da Mulher, feiras e eventos de caráter ambiental, como o Ecotaciateuara<sup>8</sup>, como de manter pequenos e localizados grupos de participantes mais presentes.

As lideranças dedicam uma parte significativa de seus esforços organizativos à realização de discussões de base, encontros e campanhas nas localidades onde os grupos estão inseridos. Estas decisões resultam em um Movimento solidamente apoiado, em que as participantes estão bem informadas e há participação de representantes de todos os municípios no processo de tomada de decisões.

Na busca para entender os mecanismos e significados, através dos quais os movimentos tendem a se organizar e crescer, Blumer (1951, apud Gohn, 2006)

---

<sup>8</sup> O Ecotaciateuara é um evento que combina atividades ambientais com uma feira de economia solidária em que todos os grupos ligados ao MMNEPA expõem e vendem seus produtos: artesanato, alimentos, etc. Há também a realização de oficinas com temáticas variadas como agroecologia, sócio-economia solidária. Este evento ocorre todos os anos ao longo de uma semana no Distrito de Taciateua, município de Santa Maria do Pará na BR 316 no sentido Capanema, desde o ano 1999.

identifica cinco mecanismos que podem ser considerados como os responsáveis pelo sucesso ou não de um movimento: agitação, *sprit de corps*, desenvolvimento de uma moral, ideologia e táticas.

No MMNEPA, a agitação foi e continua essencial. Nos estágios iniciais do movimento, ela contribuiu para o desenvolvimento de novos impulsos e de novos desejos nas mulheres. Seu sucesso depende de quanto consiga despertar e ganhar a atenção das mulheres, seduziu-as em seus sentimentos e impulsos, deu-lhes direção por meio de idéias, sugestões críticas e promessas. A FASE foi a dinamizadora das mudanças.

O *sprit de corps* propiciou a criação de uma atmosfera de cooperação entre as mulheres reforçando as novas percepções de auto-leitura de si mesmas, concepções geradas pelo processo de aprendizagem adquirido por meio da participação no movimento. As mulheres se enxergam e se reconhecem no Movimento. Em eventos do MMNEPA, seja qual for a escala, há realização de místicas e dinâmicas nas quais se trabalha a relação da mulher com o meio ambiente, com o universo, com as energias latentes, utilizando-se símbolos como a utilização de roupas e adereços na cor lilás e músicas<sup>9</sup>.

Quanto ao desenvolvimento da moral, é retomada a questão de símbolos, da criação de heroínas, como Reijane Guimarães<sup>10</sup>, liderança assassinada em setembro de 1996, na cidade de Mãe do Rio.

A ideologia tem papel essencial na permanência e no desenvolvimento do Movimento. Ela se compõe de um corpo de doutrinas e crenças. Como, por exemplo, o objetivo do MMNEPA:

“Fortalecer as mulheres do Nordeste Paraense para superar as desigualdades sociais, promovendo o desenvolvimento humano integrado sustentável buscando a justiça social, emancipação das mulheres e equidade de gênero através da organização, formação e articulação” (MMNEPA 2003).

Quanto às táticas, envolvem três linhas: adesão e manutenção das adeptas, e a construção de objetivos. Com esse tipo de trajetória, o MMNEPA representa a construção e organização de comportamento coletivo que em seu crescimento

---

<sup>9</sup> Uma bem conhecida tem um refrão bem instigante que diz "Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando sem medo de ser mulher".

desenvolveu valores, personalidades, enfim se organizou, e que por isso, pode ser considerado, “sociedade em miniatura” (Blumer, 1951, apud Gohn, 2006:34).

E se é uma sociedade, mesmo que em miniatura, as pessoas na convivência com as outras em processos vários aprendem ser do Movimento.

Os principais adversários do movimento são os maridos de muitas mulheres, por dificultam sua participação no mesmo. A relação com o Estado é conturbada na maioria dos municípios onde está constituído, principalmente pela atuação das mulheres nos Conselhos Municipais de Saúde, Educação, Assistência Social, entre outros. Ao defenderem a correta aplicação das verbas públicas tornam-se mal vistas pelo poder público e constantemente são alvo de retaliações: são mal-atendidas nos postos de saúde, têm cadastro de bolsa família rejeitado e negação de transporte escolar para seus filhos.

### 3. SOCIALIZAÇÃO DE AGRICULTORAS NO MOVIMENTO DE MULHERES DO NORDESTE PARAENSE

#### 3.1 SEM SOCIALIZAÇÃO NÃO EXISTEM NEM PESSOA E NEM SOCIEDADE

Toda sociedade humana, segundo Berger (1985), é um empreendimento de construção do mundo, no qual buscamos nos equilibrar produzindo a nós mesmos, estabelecendo uma relação contínua com nossos semelhantes. Somos seres humanos individuais que, “ao ligarmo-nos uns aos outros numa pluralidade formamos uma sociedade” (Elias, 1994: 8), porque somos, essencialmente, seres sociais. Essa compreensão do ser social está presente nas mulheres inseridas no MMNEPA.

“O homem é um ser social, não vive isolado, precisa sempre estar em constante articulação com os outros, olhando, vendo o que o outro precisa, não pode pensar só em si, precisa saber do que o outro precisa pra crescer em todos os sentidos” (MC).

Nessa relação, a atividade de construir o mundo, transforma-se em uma atividade coletiva, pois, nós seres humanos em conjunto produzimos objetos, inventamos línguas, aderimos a valores, concebemos instituições, formamos hábitos e constituímos organizações e movimentos sociais. Ficando explícito que, enquanto seres humanos, não somente vivemos no mesmo mundo, mas participamos cada qual do ser do outro e, assim, é possível definir socialização “como a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela” (Berger & Luckmann, 2001:175), o que pode ser traduzido na aquisição de padrões de comportamento que propiciam a convivência humana, em qualquer fase da vida, nos diferentes espaços, quer seja na família, na escola ou no movimento de mulheres.

Para as agricultoras inseridas no MMNEPA, a socialização tem um sentido de partilha, principalmente do conhecimento, considerado por todas como mecanismo de transformação de suas vidas:

“Socializar significa pra mim que se eu tenho um conhecimento, que preciso dividir com as outras pessoas.” (MC).

“Socialização é partilhar e isso se dá de diversas formas, é sempre doar e receber algo em troca. O tempo que a gente se doa não é em vão tem essa recompensa maior que é o saber, a participação” (NR).

O processo de socialização começa a partir do nascimento e estende-se por todo o seu ciclo vital. Há dois níveis de socialização igualmente importantes. A socialização primária e a secundária.

A socialização primária ocorre na infância possibilitando ao ser humano tornar-se membro da sociedade. A família é o lugar onde se constrói o primeiro mundo do ser humano implicando seqüências de aprendizado socialmente definidas. Ela motiva e proporciona nossas primeiras relações afetivas e sociais e ali ocorre a maior parte das aprendizagens que realizamos.

Desde os primeiros anos de vida, por intermédio da família e das formas de organização do trabalho, se toma contato com um sistema de valores que distingue mulheres e homens, determinando níveis diferentes de acesso à educação, lazer, vida social entre outros aspectos.

Por meio do processo de socialização normas, valores socioculturais, que determinam como homens e mulheres devem inserir-se no mundo são transmitidos pelas gerações mais velhas e internalizadas pelas gerações mais novas desde o nascimento. Os espaços de convivência cotidiana, sobretudo a família, a escola e a mídia, oferecem a meninos e meninas, por meio da observação de seus adultos de referência oportunidades de aprendizagem e interiorização de modelos. Os indivíduos inserem-se em uma estrutura social que estabelece o lugar de homens e mulheres *a priori* e que o ser humano é o produto de sucessivos processos de socializações ao longo da vida.

Da socialização secundária fazem parte os processos subseqüentes que proporcionam ao indivíduo já socializado inserir-se em novos setores do mundo objetivo da sua sociedade. Então, os outros significativos se ampliam. Podem ser outros indivíduos, grupos, organizações, movimentos enfim, instituições que dêem sentido de continuidade para as pessoas porque internalizarão papéis, normas e valores<sup>11</sup> válidos para todos os membros do grupo.

---

<sup>11</sup> Papéis: seqüências de comportamento expressos por indivíduos que ocupam, ou procuram ocupar, determinada posição em uma situação social. É o ponto de interface entre a pessoa individual e a estrutura social mais ampla; Normas: existem duas idéias, a primeira a de norma como modelo real de comportamento do que é normal no sentido de ser regular ou modelar, feito por membros de uma população, os hábitos sociais; a segunda é a de norma como padrão prescrito, como o que é

As mulheres de mais idade e que estão há mais tempo no movimento ensinam às mais novas e de inserção mais recente a filosofia da defesa do gênero feminino em qualquer circunstância. As linhas de atuação do MMNEPA levam as mulheres a incorporar novos padrões em uma interação que gera novos comportamentos individuais e coletivos, são elas:

A capacitação e formação nas temáticas acima são instrumentos de socialização que produzem vários efeitos na vida das mulheres:

“Uma mulher que entra no movimento tem uma postura com o tempo ela aprende a ser do movimento através dos encontros de formação, das conferências, das oficinas” (MC).

Nessa perspectiva, a socialização imprime mudanças na natureza da personalidade humana e, por sua vez, no comportamento humano, na interação e na participação na vida da sociedade:

“O MMNEPA influenciou no meu melhor desempenho escolar; despertou meu papel na sociedade no que diz respeito a me perceber mulher; a perceber as causas das dificuldades das mulheres; que a gente tem que se organizar, debater e ter poder para mudar o quadro atual; me ensinou a estar articulada, falar a língua, ter nivelamento e consenso” (NR).

É através da socialização que os seres humanos podem fazer mudanças na sua maneira de compreender a sociedade, e até na maneira de entender a si mesmos, sua “auto-imagem e a composição social dos indivíduos” (ELIAS, 1994: 9). Sem socialização não existem nem pessoa e nem sociedade.

“O MMNEPA contribuiu para que mudanças acontecessem na minha vida, primeiro foi a consciência que eu tenho hoje de que é necessário mudar; a consciência que eu tenho que se a sociedade não muda é porque as pessoas não estão preparadas. A sociedade só vai mudar através da formação integral do ser humano” (MC).

Essa consciência adquirida leva as mulheres a mudanças de atitude relacionadas à coerência entre opinião e conduta. Uma mulher que prega que o

---

considerado ser, em uma dada população, a coisa a fazer, a convenção, a regra social; Valores: aqui são entendidos como princípios morais (Outhwaite & Bottomore, 1996).

marido deve lavar suas roupas íntimas não pode ficar apenas no discurso quando está reunida com outras mulheres, deve com argumentos convencê-lo de que é ele próprio que deve lavar tal roupa e mais, deve ensinar aos filhos e filhas que cada um deve cuidar do que é seu. A idéia repassada no interior do movimento é a de que a mudança da sociedade inicia pelas pessoas, no interior de suas casas.

Perpassando tudo isso há valores transmitidos através do MMNEPA e que fazem parte da socialização das mulheres devendo contribuir para melhores relações no movimento, na família e na sociedade: solidariedade, companheirismo, honestidade, verdade, justiça, ética, disciplina, integridade, paz (auto-estima, autocontrole, autoconfiança, auto-aceitação e) e amor.

### 3.2 CAPACITAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO REALIZADAS PELO MOVIMENTO

É perceptível a importância da capacitação no interior do MMNEPA, isto está presente na fala de todas as mulheres e homens entrevistados para este trabalho. Também no Estatuto da entidade está prevista a organização de programas de formação para a capacitação em questões específicas, profissionalizantes e gerais. Assim pode-se dizer que a capacitação é o instrumento utilizado pelo Movimento para socializar as mulheres e mais recentemente os homens.

A socialização, portanto, se dá no aprendizado de habilidades, conhecimentos, valores, comportamentos e atitudes necessárias para assumir seu papel de mulher do Movimento ocorrem a partir da história dessa relação e de um intenso processo de capacitação.

Os processos de capacitação e demais atividades são organizados de acordo com as linhas de ação que o Movimento trabalha. As linhas atuais foram escolhidas pelo conjunto de mulheres no IV Congresso do MMNEPA, realizado em Nova Timboteua no período de 20 a 23 de abril de 2006 para o triênio 2006/2009:

*Saúde, sexualidade e direitos reprodutivos* com atividades de capacitação em sexualidade e conhecimento do corpo; audiências públicas com secretarias de saúde de estado e municípios; participação em conselhos de saúde; incentivo a medicina natural; participação no Grupo de Trabalho Saúde do Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense. O cuidado com o corpo e a saúde da família e a inserção nos conselhos municipais de saúde são as mudanças mais expressivas nesta área.

*A organização e o empoderamento das mulheres* são a área na qual são trabalhadas temáticas como: formação política para lideranças; assessoria aos grupos de mulheres; campanha de documentação e sindicalização da mulher; sensibilização em gênero; audiências públicas nas câmaras municipais. A obtenção de documentos pessoais abre novas possibilidades como o acesso aos benefícios da previdência social, bolsa família e crédito rural.

O *Desenvolvimento econômico popular e solidário para as mulheres* envolve a capacitação produtiva e em gestão para as mulheres; incentivo a implantação e aprimoramento de experiências econômicas; intercâmbio de experiências; assessoria técnica; participação nos debates de economia solidária. Essa é a linha que mais contribui para que ocorram transformações na vida das mulheres, principalmente no sentido de independência financeira.

Quanto à linha *Mulheres e Meio Ambiente* são realizadas campanhas de sensibilização para preservação das cabeceiras de rios e igarapés; distribuição de sementes e mudas; apoio a criação de hortos ambientais municipais; capacitação sobre o meio ambiente; incentivo a experiências econômicas com preservação do meio ambiente; reciclagem. Com a ascensão da temática ambiental o pensamento sobre o que é ecologicamente correto cresce entre as mulheres inseridas no MMNEPA.

Na linha *Mulheres e direitos humanos* encontram-se as temáticas relativas às questões de direitos constitucionais e adquiridos, equidade e políticas públicas específicas para as mulheres.

“Já participei de várias capacitações e nas mais diversas áreas de meu interesse: análise de conjuntura; mercado; administração rural; criação de frangos em galinheiro agroecológico; apicultura; piscicultura; artesanato; massoterapia; saúde da mulher: sexualidade, políticas públicas; mulher e meio ambiente; mulher e globalização; mulher, gênero e políticas públicas; mulher e controle social: políticas públicas, orçamento público, como funcionam os instrumentos de participação e decisão (os conselhos); PROFOR gestão: planejamento e gestão, elaboração, coordenação, execução e avaliação de projetos, fora as que não lembro de cabeça” (NR).

As temáticas são trabalhadas em formato de cursos organizados em várias etapas, mini-cursos e oficinas. Os recursos financeiros para custeá-las são obtidos

de instituições como DED, PRORENDA, CESE, Fundação Heinrich Boll, Articulação de Mulheres Brasileiras, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) através de projetos. Atualmente, os cursos com viés produtivo são os mais requisitados pelas mulheres, porque incidem na geração de renda.

“Particpei de várias capacitações as que me chamaram mais atenção foram de criação de frangos, apicultura e corte e costura, capacitações que promovem geração de renda” (CS).

Ao capacitar as mulheres em atividades que geram renda, se procura refletir o desenvolvimento econômico em uma lógica solidária. A intenção é que empreendimentos solidários resultem desse processo e não apenas a vida econômica das mulheres capacitadas e de suas famílias melhore, mas que também o cotidiano das localidades em que residem ganhe nova dinâmica. Mulheres e homens de vários municípios participaram de capacitação em apicultura, seus projetos foram financiados e hoje comercializam através do Programa de Aquisição de Alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Há grupos trabalhando com a criação e comercialização de aves; outros com peixes. A partir de 2007, houve uma intensificação do trabalho com vários tipos de artesanato, principalmente as chamadas biojóias, a partir de sementes típicas das diferentes localidades, onde as mulheres residem.

Além do interesse pessoal, o que muito contribui para que haja intensa participação das mulheres é o fato de terem suas despesas com o deslocamento custeadas pelo Movimento, de outro modo seria muito difícil esse deslocamento devido às dificuldades financeiras vivenciadas por grande parcela das mulheres inseridas no movimento:

“O Movimento facilitou muito a minha vida, além de dar a capacitação, o Movimento reembolsa as despesas de viagem. Mesmo que a gente não tenha dinheiro, a gente empresta que será reembolsado. O Movimento dá condições e oportunidades de participação” (CS).

Os processos de capacitação também são motivadores da entrada e permanência de mulheres no Movimento, todas querem adquirir novos conhecimentos que lhes permitam adotar novas atitudes na família e na sociedade:

“A minha motivação para participar é a capacitação. Em cada atividade sempre há novos conhecimentos, você está se formando no dia-a-dia até sem perceber que há um processo de formação” (NR).

O desejo de uma sociedade melhor é depositado na capacitação, cem por cento das entrevistadas acreditam que o conhecimento adquirido através das capacitações é essencial para que mulheres e homens respeitem o ser um do outro e construam uma sociedade melhor para se viver:

“A base de tudo é a formação. A sociedade só vai mudar através da formação do homem, ela vai mudando em pequenas partículas, mas ela só vai chegar ao auge quando esse homem tiver for a formação” (MC).

E associada à geração de renda determinam a melhoria das condições de vida das mulheres agricultoras. As mulheres crêem que o conhecimento adquirido permite desenvolver habilidades que as levem a desenvolver atividades que gerem renda e lhes permita uma vida menos privada:

“Capacitação e geração de renda são essenciais, assim elas (as mulheres) conseguem ver novos horizontes e têm melhores condições de vida, discutem e traçam políticas públicas que possam melhorar as condições de vida da mulher” (NR).

A socialização, através da capacitação das mulheres, se reflete na organização e continuidade do MMNEPA. O movimento se renova e fortalece a cada aptidão revelada nas mulheres. Para estas o MMNEPA é uma fonte de conhecimento que contribui com a qualidade das mulheres:

“Facilita a formação, porque investe, dá possibilidade e condições de formação. É uma fonte em que as mulheres vão buscar informações, crescer, fortalecer a auto-estima, ser parte da história” (NR).

“No MMNEPA, eu me sinto em uma verdadeira universidade, a gente aprende muito mesmo. Um dia desses, tava conversando com um rapaz que estuda numa universidade particular e descobri que sei coisas que ele não sabe, não que eu esteja desmerecendo o estudo dele não, mas parece que é um estudo muito fraquinho” (RB).

### 3.3 SER MULHER AGRICULTORA NO MMNEPA

A socialização, sendo um processo de relações humanas, é o espaço privilegiado da transmissão social dos sistemas de valores, dos modos de vida, das crenças e das representações, dos papéis sociais e dos modelos de comportamento. E, enquanto categoria sociológica básica pode ser compreendida dialeticamente em duplo aspecto: como a ação do MMNEPA sobre as mulheres agricultoras e, como apropriação do MMNEPA pela ação das mulheres.

O ser mulher agricultora no MMNEPA é resultante do desejo de não estar à margem do processo de organização, nasce do sentimento de pertencer a um movimento específico:

“Nós precisamos ocupar os nossos espaços, não podemos deixar só o homem ocupar esses espaços. O MMNEPA é um movimento de mulheres e ele foi criado especificamente, para que as mulheres possam se inserir nele” (MC).

“Pertencço ao MMNEPA e isso só me ajudou. Através do movimento aprendi a viver melhor, a me entender com meus pais e a ocupar meu lugar na família e na comunidade também. Com o conhecimento que eu tive nos cursos do MMNEPA fiz a prova de Agente Comunitário de Saúde (ACS) e passei. Agora tenho dois trabalhos, na agricultura e como ACS” (LM).

O MMNEPA é um movimento de mulheres que mantém relações com vários outros movimentos e organizações e que, portanto, não está isolado:

“Ele também não é um movimento à parte dos outros movimentos, como os sindicatos, por exemplo. Ele é um movimento que as mulheres ao mesmo tempo são sindicalizadas e fazem parte do MMNEPA pra discutir a problemática das mulheres” (MC).

“Onde o sindicato crescia, o MMNEPA ia junto porque a discussão era conjunta, porém, o Movimento era autônomo. Atingiu 14 municípios na região e interlocução fora da região. Em 1996 eu participei representando o MMNEPA, através da Articulação de Mulheres Brasileiras das discussões em vários municípios da região em preparação à Conferência da Mulher em Pequim, na China. Ajudamos a criar o Fórum de Mulheres, participei da primeira Executiva no biênio 1996 a 1997. Eu (Ivana), Claudinha e Lygia participamos da I Conferência Nacional das Mulheres Brasileiras;

participamos do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA) . participamos do 1º Encontro Internacional de Mulheres da Amazônia. O MMNEPA foi para além de Capanema, do Nordeste Paraense, do próprio Estado do Pará” (Ivana Nobre).

Ser agricultora no MMNEPA não é apenas participar de reuniões ou atividades esporádicas, é adquirir consciência das oportunidades e do ser mulher:

“Ser do MMNEPA é ter descoberto, o que influencia na melhoria de vida através da formação, informação e oportunidade” (NR).

“Através do MMNEPA descobri que tenho valor e posso fazer e ser muito mais do que apenas esposa, mãe, dona de casa. Sou agricultora” (JC).

A consciência adquirida pelas mulheres no próprio Movimento é determinante para a sua continuidade no cenário dos movimentos sociais do Nordeste Paraense:

“O que mantém vivo o MMNEPA é a consciência das mulheres, a consciência que elas adquiriam; a consciência de ter um movimento que as representasse, um movimento autônomo e que esse movimento precisa crescer mais, pra que as mulheres se identifiquem cada vez mais com ele” (MC).

### 3.4 HOMENS NO MOVIMENTO DE MULHERES

A equipe da FASE Capanema, no ano de 1993, na sua maioria era composta por homens. Foram estes homens que propuseram a criação de um movimento de mulheres, na gênese GAM, atualmente MMNEPA. Movimento específico que aos poucos se torna um movimento misto<sup>12</sup>. E mesmo com todos os avanços, ainda é limitada a presença de homens no interior do movimento. Eles são considerados apenas como colaboradores ou prestadores de serviço e não membros efetivos.

---

<sup>12</sup> Movimentos mistos são compreendidos aqui como aqueles que possuem reivindicações que contemplam tanto homens e mulheres e que têm participação de ambos os sexos; enquanto os movimentos autônomos são compostos unicamente por mulheres e suas reivindicações estão centradas principalmente em torno do cotidiano das mulheres.

Com a discussão sobre as questões de gênero, paulatinamente essa abertura se dá. Também se dá, quando na execução de um projeto há necessidade de contratar recursos humanos e apenas homens com a formação técnica adequada são encontrados na região.

Assim, como para as mulheres, a porta de entrada dos homens, também, é a capacitação que leva à geração de trabalho e renda.

“Meu primeiro contato com o MMNEPA foi em 2005 através de um curso de massagem. Depois disso já participei de vários outros cursos: massoterapia; associativismo e cooperativismo realizado pelo MMNEPA em parceria com o SEBRAE; gestão, gerenciamento e administração da propriedade; gênero e masculinidade” (VS).

Aos poucos se dá a consciência da importância do Movimento e este passa a ser visto como o indicador de novas possibilidades:

“O que mais me chama atenção no MMNEPA é o trabalho social, a busca da emancipação das mulheres. O MMNEPA capacita para a participação, leva a conhecer o próprio Movimento, provoca mudanças de hábitos, abre um novo mundo, mostra uma nova forma de conviver com as mulheres. A gente se auto-educa” (VS).

De acordo com os entrevistados, há muita resistência das mulheres em ter homens no MMNEPA. O que fica claro nas entrevistas com as mesmas. Há um duplo entendimento. Uma parte das mulheres pensa que se tivesse como os homens participarem efetivamente seria uma ótima oportunidade. O Movimento de mulheres chegaria ao seu ponto máximo, se conseguisse a participação integral dos homens. Com uma participação esporádica há descontinuidade na formação o que ocasiona conflitos:

“Eu vejo que muitos homens, quando estão fazendo parte do grupo, eles querem mandar, aquela idéia de mandar sempre permanece, mas acontece porque eles não participam dos encontros, das discussões, principalmente sobre os encontros que falam da relação de gênero. Já temos vários homens que participam do Movimento, principalmente do trabalho de apicultura, mas eles querem sempre mandar, a idéia, quando eles estão lá reunidos, é pra mandar nas mulheres, eles acham que as mulheres não têm ainda essa capacidade, essa determinação de estarem levando o trabalho em frente” (MC).

A outra parte das mulheres diz que o MMNEPA é um Movimento de mulheres e que é necessária a parceria dos homens. Porém, as mulheres não têm as mesmas

oportunidades que os homens, são minoria nos diversos espaços, em alguns ainda nem conseguiram entrar. Então não se devem filiar homens em um Movimento que é de mulheres.

O resultado de tal polêmica é que os poucos homens que simpatizam com o MMNEPA, mesmo participando de todas as atividades organizadas em nome do movimento não podem associar-se a ele, não podem ser membros.

### 3.5 IR ALÉM DA CASA E DA ROÇA

A vida das mulheres, antes do MMNEPA, era limitada às atividades da casa e da roça, e este último não tinha reconhecimento e tampouco a mulher se reconhecia como agricultora. A vida social se restringia à participação em rezas na comunidade, em algum evento familiar e, em alguns casos, as mulheres freqüentavam a feira na sede do município, mas sem liberdade para negociar a produção da família.

"Antes tudo quem fazia era meu marido, sendo o chefe da família era ele que decidia tudo. Agora é diferente, ele pergunta minha opinião e dos filhos e juntos a gente decide o que fazer. A gente trabalha e quando a farinha é vendida a gente compra as coisas pra casa, mas também, ele me repassa dinheiro pras outras necessidades. Isso demorou acontecer, mas, aos pouquinhos eu consegui" (IM).

O processo de socialização no Movimento estabeleceu um novo tempo na vida das mulheres. A socialização dos homens por meio da participação em reuniões, do seu acesso à informação também favoreceu a participação das mulheres nas atividades do Movimento e a ampliação do seu espaço social, introduzindo alterações nos valores, comportamentos e papéis desempenhados na unidade familiar e na sociedade local.

Várias mulheres não só construíram iniciativas de produção, mas também, de comercialização, ganhando e gerindo seu próprio dinheiro. A circulação das mulheres no espaço público, antes reservado aos homens, foi acompanhada por mudanças no modo de se apresentarem, incluindo o modo de se vestir e se cuidar (em vários momentos é proporcionado às mulheres do Movimento o que elas denominam transformação da aparência: manicure, cabeleireiro, maquiagem, etc.).

Entre tantas mudanças, a principal novidade destacada pelas mulheres é o fato de descobrirem que são agricultoras. Nas entrevistas, as mulheres se referem a um novo tempo em que descobriram, passaram a entender, passaram a ser agricultoras.

"Antes eu era considerada pelos outros e me considerava uma doméstica, mesmo trabalhando na roça. No MMNEPA aprendi que sou agricultora e quero que essa profissão esteja escrita nos meus documentos, senão, quando chegar o tempo de me aposentar não vou poder, porque lá vai tá escrito doméstica e isso eu não quero não" (LM).

Essa novidade não se limita à informação e ao conhecimento sobre os direitos previdenciários como, aposentadoria e salário maternidade. Trata-se de um amplo processo pessoal e coletivo com forte expressão intersubjetiva que tem na sua base a experiência de participação e no qual é possível identificar dois movimentos que se articulam reciprocamente. O primeiro mobiliza emoções, sentimentos e novas subjetividades, alcançando e transformando os modos de sentir, pensar e agir, individual e coletivamente. O outro enseja a construção e compartilhamento de novos significados sobre o trabalho da mulher, sobre suas capacidades, favorecendo a mobilização de recursos para iniciativas coletivas e alterações na dinâmica das relações de gênero.

Nas palavras das entrevistadas o trabalho em si não alterou, mas sim o entendimento sobre a sua condição de agricultora, a auto-valorização e a conquista do que, em várias ocasiões, elas se referiram como emancipação, isto é capacidade para agir, para se expressar, para ser agricultora, para freqüentar e negociar os produtos do seu trabalho.

Sair de casa para essas mulheres aparece como um aprendizado e uma conquista. Quando elas falam que aprenderam a sair de casa, geralmente ressaltam três aspectos: o desvencilhamento das responsabilidades domésticas; os vínculos interpessoais fora da família e da comunidade, além de conhecer pessoas novas elas são reconhecidas e valorizadas fora do espaço da casa; o respeito à liberdade de forma mais ampla, que inclui andar sozinha e ser livre para sonhar, andar, falar, pensar e viajar.

Apesar das mulheres reconhecerem que aprenderam a sair de casa e transitar em outros espaços, elas ainda passam por muitas dificuldades, tais como: distância e acesso a transporte; falta de apoio da família; críticas da comunidade.

Para ir além dos sítios onde residem as mulheres lidam com as distâncias e a dificuldade de acesso a transporte, com relação aos gastos financeiros com as viagens estas sempre são ressarcidas. Porém, como não existe na área rural regularidade do sistema de transporte, as pessoas dependem dos proprietários de carros particulares para se locomover. Há escassez de transporte, intermitência na oferta de horário ou dias, veículos que não oferecem segurança aos (às) passageiros (as).

As mulheres enfrentam uma verdadeira maratona para participar de eventos fora da comunidade onde moram. Às vezes andam longas distâncias a pé para poder pegar uma ou mais condução. Há locais que só dispõem de transportes uma ou duas vezes por semana e por conta disso algumas mulheres chegam um dia antes do evento; e nem sempre há oferta de transporte quando a atividade encerra-se; muitas só retornam no dia seguinte. Isto implica ficar ausente de casa por quatro ou cinco dias, mesmo que um encontro só dure dois ou três dias, o que repercute nas relações com os (as) filhos (as) e com o companheiro, afetando também o seu trabalho na agricultura.

Quando possuem filhos pequenos as mulheres os levam consigo em longas e desconfortáveis viagens. É claro que sempre há crítica pela presença de crianças, porém, como a maioria das mulheres possui filhos estes são sempre bem acolhidos no movimento.

Na família muitas se deparam com a franca oposição ou com a falta de apoio do companheiro/ marido e/ ou dos (as) filhos (as). Elas se queixam que não têm com quem deixar os (as) filhos (as), que há pouca ou nenhuma divisão dos serviços domésticos e das atividades que desenvolvem. Há sobrecarga de trabalhos e é difícil conciliar sua atividade em casa e no roçado com o ativismo político.

Outro tipo de obstáculo está relacionado com as ordens morais de gênero. Não só a família, mas também os (as) vizinhos (as) e a comunidade delimitam e restringem o ir e vir na área rural:

No começo, quando eu viajava pra participar dos encontros do MMNEPA todo mundo ficava falando, homem e mulher. Os homens diziam pro meu marido ter cuidado senão ia levar um par de 'chifres'.

As mulheres diziam que eu queria 'aparecer', que eu devia era ficar em casa cuidando dos filhos (RB)

É interessante observar que as participantes afirmam que as próprias 'mulheres da comunidade' são as que tecem críticas e cuidam para que os limites à mobilidade das mulheres se mantenham. Percebi, todavia, que as mulheres não enfrentam obstáculos quando saem de casa para resolver problemas relacionados com saúde, educação, trabalho ou qualquer outra questão familiar.

Para superar tais dificuldades as mulheres ignoram os comentários externos à família, posto que: a) quem critica não se disponibiliza a participar; b) os comentários desaparecem quando se retorna trazendo novidades. Se há previsão de alguma benesse é grande o número de pessoas que se mobiliza em torno dessa mulher.

Em relação à família, algumas mulheres utilizam a estratégia de convidar os maridos a participarem com elas, ao se negar estes dão abertura para que elas vão sozinhas, nesse caso levam consigo um filho ou filha para que observando como os eventos funcionam possam ajudá-las a convencer os maridos. Outras mulheres desafiam os maridos e vão de qualquer jeito, quando retornam, alguns estão mais tranqüilos, outros mais revoltados. Há caso de mulher que foi expulsa de casa por ter desafiado o marido. Houve interferência de pessoas amigas e o marido voltou atrás na decisão. Os problemas com os maridos, na maioria dos casos, são com relação à primeira vez que elas saem, depois elas aprendem a lidar com a situação e fica menos difícil.

Segundo as entrevistadas, é impossível começar a militar sem modificar o casamento, porém, embora possam provocar separações, as modificações podem também tornar o relacionamento conjugal melhor.

## 4. PODER E MEDO

### 4.1 A TERMINOLOGIA "GÊNERO"

De acordo com Bruschini & Costa (1989), à medida que alcançou novos espaços e buscou refinar seu instrumental teórico, o campo de estudos sobre a mulher entrou em uma nova fase havendo a necessidade de criação de uma nova categoria de análise que possibilitasse o estudo das mulheres sem considerá-las como uma categoria, independente e socialmente isolada. Ao considerar que a mulher, assim como o homem, é uma construção cultural, o feminismo propôs um estudo relacional no qual estão envolvidos o masculino e o feminino, passando-se a trabalhar com um conceito que remete à construção de significados culturais, o gênero.

Para a historiadora Joan Scott (1990), o uso do termo gênero compreende uma tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar certo terreno de definição, para insistir sobre a inadequação das teorias existentes em explicar as desigualdades persistentes entre as mulheres e os homens.

Gênero é um conceito que vem sendo utilizado há quase três décadas por feministas que enfatizam o caráter social das diferenças fundadas sobre o sexo. O que indica uma rejeição ao determinismo biológico implícito presente nos termos como "sexo" ou "diferença sexual". Na análise da categoria gênero, sexo significa as diferenças anatômicas e a diferença na função biológica reprodutora entre macho e fêmea, uma vez que "os fatos biológicos nus da sexualidade não falam por si próprios: eles devem ser expressos socialmente" (Saffioti, 1992: 187). O uso da categoria gênero enfatiza o sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é exclusivamente determinado por ele. Ou seja, o gênero, aparentemente, não é construído sobre a categoria natural do sexo, mas, ao contrário, a partir da criação da categoria de gênero, o sexo tornou-se uma categoria de percepção desses dois grupos que compõe a humanidade.

Pela interação com outras relações sociais (classe, raça e etnia), a configuração da estrutura de gênero inviabiliza o tratamento da diferença sexual como natural pelo fato das relações de gênero não possuírem uma essência fixa, variando dentro e através do tempo (Hollanda, 1992: 59). A opção de trabalhar com

o conceito de relações de gênero, ao invés de relações sociais de sexo deve-se ao fato de o termo gênero estar lingüisticamente impregnado do social.

A organização social de gênero constrói duas visões de mundo, donde se pode concluir que a perspectiva da mulher e, portanto, seus interesses divergem do ponto de vista do homem e, por conseguinte, dos interesses deste. Uma vez que as experiências adquirem um colorido de gênero, como, aliás, ocorre com a classe e a etnia também, a vida não é vivida da mesma forma por homens e mulheres (Saffiotti, 1992: 199).

Estudos atuais buscam compreender, através do gênero, a condição feminina, inserida numa trama de relações sociais, dentro de uma conjuntura histórica, onde o feminino se reporta necessariamente ao masculino, uma vez que é impossível compreender o feminino isoladamente. Sendo assim, a noção de gênero define a mulher enquanto ser histórico, gerado a partir de relações sociais, e, portanto, ligado a questão da desigualdade e do poder.

Gênero pode ser definido por uma dupla proposição: enquanto elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre os sexos; e enquanto modo de significar relações de poder.

Enquanto elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas, o gênero implica, de acordo com Scott (1990), em quatro elementos:

1) os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas, e que são, com freqüência, contraditórias;

2) os conceitos normativos (explícitos, nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas) que põem em evidência as interpretações do sentido dos símbolos. Estes conceitos tomam a forma típica de uma oposição binária, que afirma de maneira categórica e sem equívocos o sentido do masculino e do feminino. A partir destas posições normativas, a história acaba sendo escrita, como se as normas fossem o produto de um consenso social e não o resultado de um conflito;

3) dentro dessa análise deve estar incluída uma noção de política bem como uma referência às instituições e à organização social;

4) como último elemento, ela coloca a identidade subjetiva;

Mesmo que não aconteçam ao mesmo tempo, esses elementos estão correlacionados, na medida em que os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica da vida social, além de que, por meio destes quatro elementos, é possível também analisar classes sociais, raça e etnicidade, isto é, qualquer processo social (Scott, 1990: 14).

De acordo com Scott (1990), além de ser um elemento constitutivo das relações sociais, como já explicitamos anteriormente, gênero é um conceito que, também, está embasado em diferenças percebidas entre os sexos, portanto, é um meio eficaz de significar relações de poder. Os conceitos de gênero são estabelecidos como um conjunto prático de referências, que estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica da vida social. Como é a partir destas referências que ocorre a distribuição do poder, o gênero envolve-se na concepção e na construção do poder em si mesmo.

#### 4.2 O QUE É O PODER?

Definir o conceito de poder é tarefa que a mim se afigura de difícil resolução devido à sua complexidade, às diversas facetas que este apresenta e às suas múltiplas implicações na vida dos indivíduos enquanto seres sociáveis. Encarado de diversas formas, parece consenso que o poder desempenha papel essencial no funcionamento das organizações desde a mais simples a mais complexa e entre os indivíduos.

Um dos conceitos mais conhecidos e reconhecidos é o de Weber. Para este o poder perpassa todos os níveis da sociedade, não se limitando ao seu sentido político ou econômico de modo que a sociedade constitui um sistema de relações entre classes ou entre governantes e governados, mas igualmente nas empresas, nos movimentos sociais e nas relações familiares cotidianas.

O poder sendo um elemento das relações sociais, é fruto do contato entre os indivíduos e das suas ações a todo instante, sejam elas no campo político, econômico ou cognitivo.

Se o poder tem como fonte as relações humanas mais variadas, ele também pode assumir diversas formas. Isso quer dizer que há grupos ou indivíduos que

podem reter ou monopolizar aquilo que os outros necessitam, como por exemplo, comida, segurança ou conhecimento.

Para Weber o conceito de poder é sociologicamente amorfo e está relacionado à:

“probabilidade que um ator tem, dentro de uma relação social, de realizar a sua própria vontade apesar da resistência e a despeito da base em que se fundamenta essa probabilidade” (1974:43).

Esta definição centra a sua atenção na capacidade que o indivíduo tem como ator da sociedade em que está inserido em impor a sua vontade de acordo com as suas conveniências ou atuar de modo a obter dela aquilo que lhe interessa. Para ser exercido, então, esse poder deve ser legitimado tornando-se assim dominação.

"A legitimação é uma forma de aprovação social que é essencial para estabelecer as relações de poder, e apresenta-se quando se reconhece que um indivíduo tem o direito de mandar sobre parte da vida humana e quando os dominados reconhecem que é um dever obedecer" (Weber, 1974:43).

Para o autor existem três formas fundamentais de dominação legitimada: a dominação carismática que assenta no carisma, qualidades ou dons pessoais do líder; a dominação tradicional que assenta na tradição e no passado da organização e, portanto na cultura da mesma; a dominação burocrática ou racional-legal que ocorre quando as leis, os regulamentos ou os procedimentos conferem poder ao indivíduo. Todas essas idéias são para justificar um poder como capacidade de dominação sobre algo ou alguém: quando uma pessoa ou grupo é capaz de controlar de alguma forma as ações ou possibilidades de outros.

Para Chazel (1985: 213), a noção de poder serve para designar a capacidade de determinado ator conseguir os resultados visados e, em particular, de realizar ações eficazes. Assim é a equivalência entre os resultados obtidos e os desejos específicos do agente que constitui o sinal tangível de seu poder.

Para este autor, o poder consiste precisamente na faculdade de alterar o curso de uma série de eventos, nesse sentido designa a capacidade transformadora inerente à ação humana, é tanto aptidão para produzir resultados, como capacidade de executar e realizar.

Outhwaite & Bottomore (1986:580) compreendem o poder como a capacidade de produzir ou contribuir para resultados, fazer com que ocorra algo que faz diferença para o mundo, o que será possível através das relações sociais.

De acordo com Crozier & Friedberg (1993:39), o poder é "a possibilidade disponível de indivíduos ou grupos de influenciar outros indivíduos ou grupos". Se caracteriza como uma relação entre atores e não como o dever de obedecer, sendo um atributo de certas pessoas, ou como uma combinação da coerção e da legitimidade (Chazel, 1995:240). Apenas em uma relação entre duas pessoas pode-se desenvolver o poder e, assim, representa uma relação e não a qualidade de uma pessoa. Uma condição é que os interesses pessoais dos atores se dirigem ao alcance de um determinado objeto comum, o que os torna dependentes um ao outro. O poder se desenvolve apenas através da troca entre estes dois atores, pela qual o mesmo é relacionado a um processo de negociação (Crozier & Friedberg 1993:40).

A entrevistada NR cita quatro fontes de poder diferentes:

“Para ter poder é preciso quatro coisas: *Oportunidades*: para isso é preciso formação e privilégios; b) *Aptidão*: a pessoa descobrir o que gosta de fazer e que se sente bem fazendo; c) *Autonomia*: as mulheres precisam com discussão de gênero e geração de renda, com capacitação sobre questões administrativas e na questão social; formação de gênero, avaliação na discussão de gênero; c) *Recompensa*”.

Crozier & Friedberg (1993:50) distinguem quatro tipos de poder nas organizações que são relacionados: a) à existência e ao uso de regras organizacionais; b) ao controle de informação e canais de comunicação; c) à relação da organização com seu contexto; e d) a um conhecimento específico (especialização).

Essa última concepção, que é a que considerarei neste trabalho não entende o poder como uma substância finita e que pode ser alocada a pessoas e grupos. O poder é relacional, pois é constituído numa rede de relações sociais entre pessoas que têm algum grau de liberdade; e somente existe quando se usa. As relações de poder são também bidirecionais, isto é, uns em maior outros em menor grau, todos somos detentores de poder e, se titulares de certo poder o veiculamos.

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força negativa, mas ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos em nível do desejo - como se começa a conhecer - e também em nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz, pois “não há ação social sem poder (Crozier & Friedberg, 1993:19)”, assim, é imprescindível “entender o poder como fundamento da ação organizada (Crozier & Friedberg, 1993:39)”.

#### 4.3 RELAÇÕES DE GÊNERO E PODER

Masculino e feminino não são apenas sexos, mas também são mundos, nos quais feminilidade e masculinidade são universos afetivos e relacionais construídos a partir do sexo biológico.

"Quando a gente nasce, ninguém diz nasceu um homem ou nasceu uma mulher. As pessoas dizem que nasceu uma criança, um bebê. É no dia-a-dia que a gente aprende a ser homem e mulher. Quem primeiro ensina é nosso pai e mãe: menina brinca de boneca menino de carrinho. Mulher cuida da casa, homem vai pra roça e, assim vai" (RB).

O conjunto das relações sociais e, por conseguinte, o mundo do trabalho, da política e da cultura se organiza conforme a inserção de mulheres e homens. As relações de poder baseadas nessas diferenças são apreendidas muito cedo pelas crianças, e sua relação com o mundo constrói-se a partir delas e se reproduz no conjunto da sociedade e de suas instituições.

No meio rural brasileiro, o ethos da agricultura coloca no pai todo o poder para organizar não apenas o empreendimento produtivo como também todo universo de relações que ali ocorrem. A partir dele, constrói-se uma hierarquia rígida na ocupação de lugares, atribuição de valores, oportunidades e benefícios. Em outras palavras, na dominação patriarcal está presente a crença no caráter inquebrantável do que tem sido feito sempre de uma determinada maneira e a autoridade fundamentada na submissão e nas relações pessoais de convivência

íntima e permanente. Assim sendo, os papéis socialmente atribuídos a homens e mulheres integram uma hierarquia de poder que irá definir não somente o controle, mas o acesso diferenciado de homens e mulheres a recursos materiais e simbólicos (Pimenta, 2005:26). Essa é uma compreensão, porém não é a única responsável pela discriminação de que são vítimas as mulheres agricultoras.

“Elas (mulheres) também não conseguem ser protagonistas. Isso só vai mudar quando houver realmente compreensão do gênero, quando homem e mulher se tornarem co-responsáveis. Quando mudarem as relações de poder que estão colocadas” (NR).

As relações de poder balizam a ocupação dos espaços políticos de decisão, ainda são minoria as mulheres que ocupam funções públicas. O Estado do Pará possui centenas de anos de existência, quantas mulheres já ocuparam ou ocupam postos no Executivo, seja ele estadual ou municipal? Temos, atualmente, a primeira governadora do Estado e, assim Rapidamente, lembro de Maria do Carmo Martins Lima Prefeita de Santarém no Oeste do Estado e no Nordeste Paraense Marifrança do Socorro Souza de Oliveira, em Santa Maria do Pará. As mulheres inseridas no MMNEPA acreditam ser necessário ocupar esse espaço, para aprovar e executar políticas públicas que as favoreçam.

A consciência sobre as relações de poder é reflexo das diversas capacitações oferecidas às mulheres pela coordenação do MMNEPA. Uma entrevistada (NR) explicita que para ter poder é necessário ter oportunidades de formação e privilégios; descobrir as suas aptidões; ter autonomia alcançada na discussão de gênero e geração de renda, com capacitação sobre questões técnico-administrativas e formação de gênero e; por último a recompensa. Sabendo que não é suficiente ter trunfo, é preciso saber usá-lo.

Essa percepção para além da capacitação advém da vivência de situações de exclusão e preconceito cotidianas:

“As mulheres são maltradas nos postos do INSS, são violentadas verbalmente quando apresentam boa aparência. Seus nomes nunca constam nos documentos de terra. Elas não são consideradas na sucessão hereditária” (JC).

Nos últimos anos têm ocorrido mudanças. A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento essencial para a obtenção do financiamento agrícola que era

emitida no nome do homem, desde o ano 2007 é emitida no nome do homem e da mulher. Mulheres que vivem sozinhas podem obtê-la. Na Relação de Beneficiários (RB) da reforma agrária, onde antes constava apenas o nome do homem agora também consta o nome da mulher. Tais benefícios são resultantes da reivindicação organizada das mulheres através dos seus movimentos as várias Marchas da Margarida e Gritos do Campo.

Também, no interior do MMNEPA, há conflitos latentes pelas relações de poder existentes. Há mulheres que privilegiadas<sup>13</sup> nos processos de capacitação, adquiriram competências específicas, tornando-se referência no interior do Movimento e para além deste.

A cada três anos acontece o Congresso do MMNEPA, nessa ocasião há eleição para a coordenação do movimento. Segundo informações das mulheres entrevistadas nunca houve disputa entre duas chapas. Desde o segundo congresso que as mulheres que fazem parte da diretoria executiva são as mesmas. Elas se alternam nas funções administrando os conflitos de modo que haja sempre uma mulher de cada município participante do movimento no conselho de representantes, onde as decisões são tomadas. Olhando pelo lado da execução de atividades e projetos é uma estratégia que dá certo, pois o movimento só tem crescido. Apesar da insatisfação de algumas mulheres com tal situação. Nesse caso há o predomínio do poder do conhecimento das mulheres que exercem o papel de direção.

O processo de capacitação, principal ferramenta da socialização empreendida pelo MMNEPA é que qualifica essas mulheres, tanto para exercerem posições de comando no movimento, assim como, para discutir temáticas variadas, havendo um diferencial em ser mulher agricultora do Movimento.

“Há uma diferença na qualidade das mulheres no desempenho das mais diversas funções. A evolução das mulheres do MMNEPA é visível, são capacitadas, elas têm poder” (NR).

“Quando a gente vai a uma reunião do Conselho de Saúde é só a gente do MMNEPA e o pessoal do Sindicato que questiona e dá sugestões, os outros parecem mudos” (IM).

---

<sup>13</sup> São privilegiadas porque solteiras ou sem filhos, ou mesmo deixando a família em segundo plano se colocaram à disposição para participar dos cursos e capacitações mais que as outras mulheres, assim receberam maiores investimentos destacando-se das demais.

Essa capacidade é visível quando participam de eventos promovidos por outras organizações/ instituições (Seminários, Fóruns, Conferências). O acúmulo teórico subsidia a participação das mulheres na discussão dos mais diversos temas. A atuação das mulheres dá visibilidade ao Movimento e o faz crescer, pois outras mulheres procuram inserir-se nele.

“Quando as pessoas conhecem o Movimento, o vêem como fonte de conhecimento, e que vai contribuir com a qualidade das mulheres. Facilita a formação, porque investe, dá possibilidade e condições de formação. É uma fonte em que as mulheres vão buscar informações, crescer, fortalecer a auto-estima, ser parte da história” (CS).

O MMNEPA se fortalece enquanto Movimento de atuação regional porque forma uma rede que articula associações de treze municípios da região do Nordeste Paraense. Essas associações estão ligadas ao Movimento tanto pelas capacitações e assessoria que recebem como financeiramente. Muitas destas, com o auxílio financeiro do MMNEPA, foram legalmente constituídas, com registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e registro em Cartório, o que as habilita a receber financiamento para projetos de interesse das mulheres nestes inseridas.

#### 4.4. O EMPODERAMENTO

O termo empoderamento foi ouvido pela primeira vez no início dos anos 1970, ainda no original inglês *empowerment* (dar poder) tendo como seus emissores principais movimentos feministas e negros como uma forma de auto-valorização da raça e conquista de uma cidadania plena.

Etimologicamente, a partir da tradução de Valoura (2005/2006: 2), *empowerment* significa: “1. Authorize, license. 2. give Power to; make able, empowerment a” (1. Autorizar, permitir. 2. Dar poder a, tornar possível). O dicionário Merriam-Webster oferece os termos a seguir: “1. To give official authority or legal Power to. 2. Enable. 3. To promote the self-actualization or influence of” (1. Dar autoridade oficial a ou poder legal. 2. Habilitar, permitir, autorizar. 3. Promover a auto-atualização ou influência de). E o dicionário American Heritage apresenta o seguinte uso da palavra: “We want to empower ordinary citizens” (Nós queremos

empoderar cidadãos comuns). Neste sentido, o empoderamento implica conquista, avanço e superação por parte do sujeito ativo, aquele que se empodera.

Em português quem introduziu este conceito foi o educador Paulo Freire e em uma lógica transformadora. Para Paulo Freire (? , apud Valoura, 2005: 6) “a pessoa, grupo ou instituição empoderada é aquela que realiza, por si mesma, as mudanças e ações que a levam a evoluir e se fortalecer”.

Para as feministas o empoderamento compreende a alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição de subordinada das mulheres como gênero. As mulheres tornam-se empoderadas através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais. Segundo Kate Young (1986, Apud Leon, 1999:193) os parâmetros do empoderamento são: a construção de uma auto-imagem e confiança positiva; o desenvolvimento da habilidade para pensar criticamente; a construção da coesão de grupo; a promoção da tomada de decisões e; a ação. Desse ponto de vista pode-se compreender o empoderamento como:

"Um mecanismo através do qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir" (ROMANO, 2002: 17).

De acordo com Kate Young (1986, Apud Leon, 1997), o avanço da mulher se dá através de cinco níveis de igualdade: o bem-estar, acesso aos recursos, conscientização, participação e controle, que contribuem para que haja maior igualdade e, conseqüentemente, maior empoderamento das mulheres.

Segundo ainda esta autora, a definição de empoderamento, deve incluir quatro componentes. O componente cognitivo refere-se a compreensão que as mulheres têm da sua subordinação assim com as causas desta em níveis micro e macro da sociedade. Envolve a compreensão de ser e a necessidade de fazer escolhas mesmo que possam ir de encontro às expectativas culturais e sociais. Este componente também inclui um novo conhecimento sobre as relações e ideologias de gênero, sobre a sexualidade, os direitos legais e as dinâmicas conjugais, entre tantos.

O componente psicológico inclui o desenvolvimento de sentimentos que as mulheres podem por em prática a nível pessoal e social melhorando sua condição,

assim como a ênfase na crença de que podem ter êxito nos seus esforços por mudanças: autoconfiança e auto-estima são fundamentais.

O componente político supõe a habilidade para analisar o meio circundante em termos políticos e sociais, isto também significa a capacidade para organizar e promover mudanças sociais. E o componente econômico supõe a independência econômica das mulheres, esse é um componente fundamental de apoio ao componente psicológico.

Para as mulheres inseridas no MMNEPA o empoderamento refere-se ao desenvolvimento de potencialidades, ao aumento de informação e ao aprimoramento de percepções, pela troca de idéias, com o objetivo de fortalecer as capacidades, as habilidades e as disposições das mulheres para exercício do poder, compreendido por elas como crescimento intelectual, “empoderamento” que lhes dá condições de atuar em diferentes espaços: em casa, na comunidade religiosa, no sindicato, nos conselhos. Falta ainda, em muitas mulheres, a coragem de enfrentar processos eleitorais em âmbito municipal pleiteando a função de vereadoras. A participação efetiva no poder, apesar de ser um processo solitário, permite um crescimento coletivo dessas mulheres, enquanto sujeitos políticos.

#### 4.5 MULHERES SEM MEDO DO PODER

Um dos objetivos do MMNEPA é o empoderamento da mulher e uma das formas de demonstração dessa condição é a participação das mulheres na política com desempenho comprometido e eficiente em defesa da melhoria da qualidade de todas as pessoas, para tanto desenvolve processos de capacitação e estimula a presença das mulheres nos processos eleitorais municipais.

No ano de 2000, em preparação ao processo eleitoral, o Movimento promoveu o seminário intitulado: “Mulher e Política: as mulheres construindo o poder da participação e da cidadania”, com o objetivo de construir um perfil parlamentar com base no projeto feminista e de protagonismo das mulheres para servir como documento orientador de atuação política na campanha eleitoral daquele ano.

"Em 2004 eu fui candidata vereadora e recebi toda a orientação do MMNEPA. Antes da campanha houve uma capacitação e depois

fiquei recebendo assessoria durante toda a campanha. Após a eleição foi feita uma avaliação do aprendizado que foi concorrer uma eleição. Me senti muito valorizada" (RB).

RB não foi eleita, mas reconhece a importância da experiência para a tomada de consciência de si e da realidade do município no qual reside.

É perceptível, que pela socialização realizada pelo MMNEPA há um processo de acúmulo de conhecimento e experiências que direciona as mulheres inseridas no Movimento para a disputa eleitoral, na busca da ocupação do que elas denominam espaços de poder, principalmente nas Câmaras Legislativas dos municípios em que residem.

"As mulheres foram se descobrindo e sentindo a necessidade de crescer cada vez mais (...), ocupar os espaços, ir mais além. Uma coisa, que a gente falava durante toda essa história, era o empoderamento das mulheres. As mulheres teriam que ser protagonistas da sua própria história e ocupar os espaços com essas capacidades. Não só ocupar os espaços nos sindicatos como secretárias, tesoureiras, mas assumir a vida política, ser vereadoras, prefeitas" (MC).

O estímulo ainda não foi respondido satisfatoriamente sendo limitado o número de mulheres que se lançaram candidatas nas eleições de 2000 e mesmo com assessoria do Movimento não foram eleitas.

A legislação eleitoral brasileira determina que das vagas disponibilizadas a todos os partidos políticos em uma eleição, 30% devem ser ocupadas pelo sexo oposto. Normalmente 70% das vagas são preenchidas por homens e há muita dificuldade em preencher as 30% restantes com mulheres, por exemplo, em um município como São Domingos do Capim, que possui nove vagas de vereadores, um partido tem direito a lançar quatorze candidatos em uma eleição, destas, cinco seriam para mulheres. Ora, na eleição de 2004, somando as candidatas dos quinze partidos visíveis no cenário eleitoral havia apenas oito candidatas e apenas uma foi eleita para a gestão de 2005/ 2008 e ela não participa do movimento.

São muitas as dificuldades que impedem a atuação feminina. Precisa-se de dinheiro para financiar uma campanha, o que as mulheres não possuem e, depois a disputa no campo eleitoral é pesada e desonesta, porém, o medo é o maior concorrente:

“... elas (as mulheres) ainda têm medo do poder, às vezes não tem opção, por isso que eu acho necessário a gente fazer uma campanha ‘mulheres sem medo do poder’, aqui na nossa região” (LM).

Há um esforço da coordenação do Movimento em promover cursos de formação política buscando fortalecer e capacitar as mulheres para que, superando o medo, consigam participar de processos eleitorais nas localidades em que residem.

Outra dificuldade está em conquistar o voto das mulheres que não participam de algum tipo de organização social e que, portanto, não participam de processos de formação política. Por não compreenderem as relações de poder que expõem as mulheres à papéis secundários, não valorizam seu protagonismo:

“As próprias mulheres não votam nas mulheres. Elas ainda não se conscientizaram de que é necessário votar na mulher. Mulher precisa votar na mesma categoria, no mesmo sexo. Mulher não gosta de votar em mulher, tem que votar no homem, no macho, até pronuncia esse tipo de expressão. Eu vejo assim que elas não conseguiram a consciência de que precisam valorizar a mulher, a valorização da mulher pela mulher ainda não chegou, ainda não aconteceu. Alguns momentos acontecem, mas ainda assim chegar no ponto máximo. Ainda não acontece essa consciência de fazer com que as nossas mulheres alcancem a consciência” (MC).

"Eu não me candidato, primeiro que ficam falando que a gente quer viver no mundo e, também, as próprias mulheres não votam na gente, preferem dar o voto pros homens que ficam explorando a gente" (JC).

É possível que a solução para o problema seja o empoderamento da mulher a partir dos parâmetros de construção da auto-imagem e da confiança positiva, além do desenvolvimento da habilidade para pensar criticamente e do componente político.

## CONCLUSÕES

Sob articulação da FASE, o MMNEPA surgiu em 1993 como espaço de articulação e capacitação das mulheres. O movimento destaca-se pela contribuição que têm dado na visibilização e fortalecimento das mulheres na região do Nordeste Paraense, pois, participando dele começam a perceber as relações de desigualdades a que estão submetidas e tornam-se visíveis publicamente. A influência do MMNEPA na vida das mulheres agricultoras da região é significativa, tanto porque coloca a mulher e suas necessidades em evidência, como organiza e coordena processos de reivindicação da execução de políticas públicas para as mulheres nos municípios em que suas militantes atuam.

O que motiva a permanência das mulheres no movimento, além dos projetos de geração de renda em apicultura, avicultura, horticultura, piscicultura e artesanato, entre outras, é a consciência de gênero adquirida. A consciência de ter um movimento que as represente, um movimento autônomo, com o qual elas têm uma relação afetiva: “Eu amo o MMNEPA. Nunca pensei em me afastar. Por que ele é a minha vida” (JC).

Na convivência, as mulheres influenciam na socialização umas das outras e isso se reflete na continuidade do movimento. A socialização ocorrida no Movimento contribuiu para que mudanças tivessem lugar na vida das mulheres agricultoras. Não que o trabalho por elas executado tenha se modificado, o que mudou foi a compreensão sobre a sua situação de mulher agricultora. Há indícios de mudança, o que não é garantia de que as relações se tornaram efetivamente menos discriminatórias e mais igualitárias da perspectiva de gênero.

A presença de homens no movimento é conflitante. As mulheres que ainda não compreendem que a discussão de gênero se faz com mulheres e homens contribuindo para que novas relações sejam construídas na busca pela superação das desigualdades, desaprovam a inserção destes no Movimento. Do mesmo modo como há homens machistas, estas mulheres são feministas ao extremo, ao ponto de distanciar os homens de um processo de interação e conversação.

O número de mulheres que entende que, quanto mais efetivamente os homens participarem do movimento mais facilmente as relações de gênero e poder serão alteradas vêm aumentando, paulatinamente, porém, ainda não em quantidade

suficiente para alterar o quadro relativo à inserção de homens no movimento. É pela socialização que as mudanças poderão acontecer, pois ela media a inserção do ser humano no mundo de outrem, levando-o a introjetar as normas e os valores do outro, por isso ela se constitui um dos elementos mais importantes de reprodução do MMNEPA. Ao aprender ser do movimento, as mulheres passam esse sentimento às mulheres que estão ao seu redor e isso faz com que o movimento cresça e se fortaleça.

A capacitação através de cursos, palestras, reuniões, dias de campo e oficinas é o instrumento utilizado pelo Movimento para socializar as mulheres. Isto associado a processos externos como: intercâmbios, participação em seminários, fóruns de debates, conferências, conselhos municipais diversos: de saúde, educação, assistência social, dos direitos da criança e tutelar, de segurança alimentar; e nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Em dois dos treze municípios em que o MMNEPA atua, São Domingos do Capim e Salinas, há mulheres presidindo estes sindicatos.

O conhecimento adquirido nas diversas capacitações realizadas pelo movimento credencia as mulheres para uma ação social qualificada, o que expressa a marca de ser do MMNEPA.

Partindo da assertiva que o conhecimento é base para o exercício do poder, a capacitação enquanto instrumento da socialização é essencial para o crescimento intelectual e político das mulheres, inclusive para o seu empoderamento enquanto desenvolvimento de potencialidades, o aumento de informação e aprimoramento de percepções na troca de idéias, com o objetivo de fortalecer as capacidades, as habilidades e as disposições das mulheres para exercício do poder.

Essa noção de empoderamento é de um processo dinâmico que se constrói a partir das práticas produzidas pelas mulheres por meio do contexto em que estão inseridas, dito de outra forma, empoderar significa mais do que transferir ou tomar posse de elementos que permitam a estas transitar nos meandros decisórios de sua coletividade, mas sim, fornecer subsídios a estas para que possam ultrapassar os limites da consciência ingênua, tornando-se agentes críticas e conscientes de sua posição enquanto indivíduo histórico, situado. Dessa forma, através do MMNEPA não se dá poder às mulheres, procura-se torná-las capazes de aumentar suas habilidades e recursos para exercer o poder sobre suas vidas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Mauro W. B. de. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Campinas, v.1, n.1, p.66-83, junho,1986.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. Trad. Sérgio Bath. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, Editora da Universidade de Brasília, 1987. 557p.

BERGER, Peter. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Editora Paulus, 1985. p.15-41.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 20.ed. Trad. Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2001.

BITENCOURT, Gilson; SABBATO, Albert di. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Curitiba: DESER, Brasília: FAO/INCRA, 2000.

BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira (Org). **Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: Fundação Carlos Chagas, 1989.

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa. **Os estudos sobre Mulher e literatura no Brasil: uma primeira avaliação**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.54-92.

BURG, Inês Claudete. **As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudoeste paranaense**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005. 131p. Dissertação de Mestrado em Agroecossistemas.

BRUMER, Anita. **Gênero e agricultura familiar: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. XXII Congresso Internacional da Latin American Studies Association (LASA), Miami, 2000.

CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. **Do Feminino ao gênero: a construção de um objeto**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

HAZEL, François. Poder. In: BOUDON, Raymond. **Tratado de sociologia**. Tradução de Teresa Curvelo; revisão técnica de Renato Lessa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

COSTA, Marcilene Silva da Costa; KATO, Maria do Socorro. Trabalho de homem, trabalho de mulher: divisão social de trabalho em cinco localidades agrícolas do Nordeste do Pará. **Rev. Bras. Agroecologia**, v.2, n.1, p.832-836, fev. 2007.

CROZIER, M.; FRIEDBERG, E. **Die Zwänge kollektiven Handelns: Über Macht und Organisation**. Trad. E. Friedberg; S. Stelzer. Hain, Frankfurt a.M., 1993. 391p.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Organizado por Michael Schroter; tradução Vera Ribeiro; revisão técnica e notas Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FARIAS, Maria D. M. **Nem caladas nem silenciadas**: as falas das mulheres trabalhadoras rurais e a desconstrução de sujeitos políticos tradicionais. Fortaleza: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher, 1996.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. São Paulo: Moraes, 1980.

FRIEDBERG, E. Organização. In: Boudon, R. (dir.) **Tratado de Sociologia**. Trad. T. Curvelo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995. p.375-412.

FRIEDMANN, J. (1996). **Empowerment**: uma política de desenvolvimento alternativo. Celta: Oeiras.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais, paradigmas clássicos e contemporâneos**. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HEREDIA, B. M. A.; CINTRAO, R. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista NERA** (UNESP), v. Ano 9, p. 1-28, 2006.

HURTIENNE, Thomas Peter. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável na Amazônia. In: Coelho, M Célia; Castro, Edna. (Org.). **Estado e Políticas Públicas na Amazônia**: Gestão do Desenvolvimento. Belém: UFPANA/NAEA, 2001.

IORIO, Cecília. **Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos**. Texto elaborado para a ActionAid, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3.ed. São Paulo: Editora Atlas, 1991, p 197-200.

LEON, Magdalena. **Poder y Empoderamiento de las mujeres**. Revista Región y Sociedad, vol. XI, nº. 18, 1999.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Estado, bandidos e heróis**: utopia e luta na Amazônia. Belém: Edições CEJUP, 1997.

MANESCHY, Maria Cristina. Múltiplas atividades femininas nas estratégias de reprodução social de famílias de pescadores. In: COSTA, Maria José Jackson (Org.). **Sociologia na Amazônia, debates teóricos e experiências de pesquisa**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2001.

MENDRAS, Henri. **O que é a sociologia**. Trad. Alberto Stuckenbruck. Barueri, São Paulo: Manole, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 2.ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: HUCITEC – ABRASCO, 1993.

MMNEPA. **Relatório do III Congresso**. Santa Maria do Pará, 2001.

MMNEPA. **Folder comemorativo dos 10 anos**. Capanema, 2003.

MMNEPA. **Estatuto Social**. Capanema, 2003.

MMNEPA. **Perfil sócio-econômico das mulheres do Nordeste Paraense: microrregiões Bragantina, Salgado e Guamá**. Capanema, 2004. Mim.

NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura Familiar: quantos ancoradouros!** (2004 no prelo).

NOBRE, Miriam. Introdução à economia feminista. In: FARIA, N.; NOBRE, M. **Economia feminista**. São Paulo: SOF, 2002.

OIT. **Manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego**: guia para o leitor / Organização Internacional do Trabalho. – Brasília: OIT, 2005.

OUTHWAITE; BOTTOMORE. **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.

OLIVEIRA, Maria S. Trabalho ou ajuda? O duro cotidiano das mulheres do Quandú. In: DUQUE, Ghislaine. **Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento**. UFPB: Ed.Universitária, 2002.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Eds.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Trad. Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. 970p.

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Rev. Estud. Fem.** vol.12, no.1, Florianópolis Jan./ Apr. 2004.

PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso. (2005). **Trajetórias na Terra: Sociabilidades, gênero e identidades coletivas no Projeto de Reforma Agrária Aliança**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social.

PORTELA, Ana Paula et al. **Mulher e trabalho na agricultura familiar**. Recife: SOS CORPO-Gênero e Cidadania, 2004.

ROMANO, Jorge O. **Empoderamento**: Enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza. Documento de Apoio apresentado no International

Workshop Empowerment and Rights Based Approach in Fighting Poverty Together. Rio de Janeiro, 4 a 6 de Setembro de 2002.

<http://www.desarrollolocal.org/conferencia/cuarta/DocumentoRomanoportugues.doc>

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **Rearticulando gênero e classe social**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.183-215.

SEN, A. K. (2000) **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul/dez. 1990.

SCHMITZ, Heribert. **A transição da agricultura itinerante na Amazônia para novos sistemas**. Rev. Bras. Agroecologia, v.2, n.1, fev. 2007, p. 46 a 49.

SILVESTRO, Milton L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: NEAD/MDA, 2001.

STROMQUIST, Nelly. La Búsqueda del Empoderamiento: em qué puede contribuir el campo de la educación. In: LEON, Magdalena. **Poder y Empoderamiento de las mujeres**. Santafé de Bogotá. TM Editores: 1997

VALOURA, L. de C.. **Paulo Freire, o autor brasileiro autor do termo Empoderamento, em seu sentido transformador**. Programa de Comunicarte de Residência Social. 2005/2006. Paper disponível em [www.forumpaulofreire.com.br](http://www.forumpaulofreire.com.br)

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.) **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p.37-46.

WANDERLEY, Nazaré. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo – RS: UPF, 2001, 405 p.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

## **ANEXOS**

### **I – ENTREVISTAS**

#### **1.1 NR**

Em 1992 eu já participava da Associação da Mulher Timboteuense Margarida Barbosa (AMMB).

No MMNEPA estou desde 1993.

Comecei acompanhando minha mãe, ainda criança, aos cinco anos de idade, em 1985, primeiro nas atividades da Igreja Católica, depois na Associação e no Sindicato.

No MMNEPA comecei aos 13 anos de idade, em 1993, quando se criou o GAM.

O MMNEPA surgiu como uma demanda regional quando as mulheres estavam se organizando para ter direito à sindicalização e a FASE foi a articuladora. Era preciso organizar e conscientizar as mulheres do seu papel nos sindicatos e da ocupação dos seus espaços.

As mulheres foram usadas no movimento sindical para colocar homens no poder, elas foram a estratégia, as mulheres de Nova Timboteua acamparam no sindicato por 10 dias e 10 noites, sofrendo ameaças e correndo riscos para ao final os homens serem os dirigentes do sindicato.

Em busca da terra prometida, a Igreja Católica com a teologia da libertação e a pastoral da mulher influenciou muito.

Eu sou agricultora familiar porque sempre morei na zona rural é com esse ambiente que me identifico, com a qualidade de vida que tenho. Cuido da casa, cuido das criações de porco e galinha; colho e despoupo frutas; apanho pimenta-do-reino e contribuo não trabalho da roça de maniva, feijão e milho.

Também tenho atividades Na AMMB.

De modo geral, a mulher não é reconhecida pelo trabalho que faz na casa, na agricultura, a dupla jornada que tem (dupla jornada). Capacitação e geração de renda são essenciais, assim elas conseguem ver novos horizontes e tem melhores condições de vida, discutem e traçam políticas públicas que possam melhorar as condições de vida da mulher.

As mulheres têm uma carga grande, pela questão cultural. Também elas não conseguem ser protagonistas. Isso só vai mudar quando houver realmente compreensão do gênero, quando homem e mulher se tornarem co-responsáveis.

Quando mudarem as relações de poder que estão aí colocadas.

Para ter poder é preciso quatro coisas:

- 1) Oportunidades: para isso é preciso formação e privilégios;
- 2) Aptidão: a pessoa descobrir o que gosta de fazer e que se sente bem fazendo;
- 3) Autonomia: as mulheres precisam com discussão de gênero e geração de renda, com capacitação sobre questões administrativas e na questão social; formação de gênero, avaliação na discussão de gênero;
- 4) Recompensa:

Para ter poder é preciso ocupar os espaços políticos de decisão, que também são nossos, para aprovar e executar políticas públicas que nos favoreçam. Por isso que não filiamos homens porque as mulheres são minoria nos diversos espaços.

As mulheres são agricultoras porque criam, plantam e cuidam do lote, mas elas não têm as mesmas oportunidades que os homens.

O MMNEPA é um movimento de mulheres, precisamos da parceria dos homens.

As mulheres sofrem porque não conseguem se ver como protagonistas. As mulheres são maltradas nos postos do INSS, são violentadas verbalmente quando apresentam boa aparência. Seus nomes nunca constam nos documentos de terra. Elas não são consideradas na sucessão hereditária.

A minha motivação para participar é a capacitação. Em cada atividade sempre há novos conhecimentos, você está se formando no dia-a-dia até sem perceber que há um processo de formação.

O que anima a estar no movimento é a possibilidade de mudança da posição de subordinação das mulheres. O movimento tem trabalho de base porque realmente se preocupa com as mulheres. Por isso faz muita capacitação. Eu já participei de muitas: Análise de conjuntura; Mercado; Administração rural; Criação de frangos em galinheiro agroecológico; Apicultura; Piscicultura; Artesanato; Massoterapia; Saúde da mulher: sexualidade, políticas públicas; Mulher e meio ambiente; Mulher e globalização; Mulher, gênero e políticas públicas; Mulher e controle social: políticas públicas, orçamento público, como funcionam os instrumentos de participação e

decisão (conselhos); Profor gestão: planejamento e gestão, elaboração, coordenação, execução e avaliação de projetos;

Tanto temáticas sociais como administrativas são trabalhadas. Apesar das questões sociais e burocráticas não serem tratadas com igualdade. E nem todo mundo ter as mesmas oportunidades.

No movimento também há o jogo político. Algumas, pela disponibilidade de tempo, tiveram muitas oportunidades, se não estão empoderadas é sua responsabilidade.

Para certas lideranças a família não é a maior preocupação por isso que se dedicam tanto.

E existem aquelas que utilizam o poder para humilhar.

Ter poder é bom, todo mundo quer ter, mas será que é um poder pra fazer o bem ou é um poder opressor? As mulheres também agem como homens, oprimem e por isso são machistas também, precisamos mudar, porém, muita gente não consegue. Quando não somos solidárias com as outras. A oportunidade contribui muito.

É no sentido de consciência do papel da mulher que o MMNEPA deve se fortalecer, investindo na formação de crianças e adolescentes.

Ser do MMNEPA é ter descoberto o que influencia na melhoria de vida através da formação, informação e oportunidade.

Você é mulher do MMNEPA, quando você tem algum laço com o movimento, quando é acompanhada pelo movimento, quando participa de atividade organizada pelo ou com o apoio do MMNEPA.

O MMNEPA influenciou no meu melhor desempenho escolar; despertou como mulher meu papel na sociedade no que diz respeito a me perceber mulher; a perceber as causas das dificuldades das mulheres, que a gente tem que se organizar, debater e ter poder para mudar o quadro atual; me ensinou a estar articulada, falar a língua, ter nivelamento e consenso.

As mulheres do MMNEPA tem qualidade para desempenhar as mais diversas funções. A evolução das lideranças do MMNEPA é visível, elas são capacitadas.

Como movimento regional as pessoas que ainda não conhecem o MMNEPA não o vêem com bons olhos, há muitos mitos e estereótipos: “as mulheres não são capazes”, “só leva para a perdição”, “vão vadiar”. O movimento não é visto com o objetivo de fortalecimento das mulheres.

Para as pessoas que conhecem o movimento ele é visto como fonte de conhecimento e que vai contribuir com a qualidade das mulheres. Facilita a

formação, porque investe, dá possibilidade e condições de formação. É uma fonte em que as mulheres vão buscar informações, crescer, fortalecer a auto-estima, ser parte da história.

Socialização é partilhar e isso se dá de diversas formas, é sempre doar e receber algo em troca. O tempo que a gente se doa não é em vão tem essa recompensa maior que é o saber, a participação.

## 2.1 MC

Eu sou professora e agricultora, naquilo que a gente chama de atividade imediata. Também trabalho como costureira, na catequese da Igreja e também no partido político como militante.

A história do MMNEPA primeiro começou com a luta sindical, nesse período a gente sentiu a necessidade também das mulheres se organizar. Tinha a ala jovem e nós iniciamos com a ala feminina. Dai nós sentimos a necessidade de formar um grupo que tivesse sustentação. Nós começamos fazer as primeiras reuniões e convidamos algumas mulheres pra fazer a discussão em 1993.

A primeira reunião foi nos dias 3 e 4 de abril de 1993, em Capanema. Quem nos ajudou a monitorar foi a Ivana Nobre de Azevedo Gasparim e o Hélio Soares.

Além de mim, estiveram presentes nessa reunião: Irmã Lígya Constantino, Fátima e Nilcilene de Nova Timboteua, Olímpia da Luz de Santa Luzia do Pará, Dalva de Ourém, a Raimunda dos Anjos de Irituia e a Ivanilde de Capanema, e Reijane Guimarães de Mãe do Rio.

Fizemos esta primeira e numa segunda reunião já tivemos a idéia de formar um Grupo de Apoio à Mulher que foi denominado como GAM.

Depois desse primeiro momento saímos com a tarefa de mobilizar, levar essa primeira conversa às mulheres de cada município.

Eu fiquei com a tarefa de fazer chegar até o sindicato de Trabalhadores Rurais de Mãe do Rio e depois Aurora do Pará. Fizemos reuniões acirradas, cada domingo em uma comunidade. Em Irituia tinha uma outra equipe fazendo essa primeira conversa com as mulheres.

Eu cheguei em Mãe do Rio e convidei a Fátima Albino, a Fátima do Hilário e ela que me ajudou a fazer todo esse trabalho e a Claudinha que começou a se inserir, na época ela tinha 14 anos.

O MMNEPA foi criado em um período que aconteciam as reuniões e assembléias e bandeiras de luta dos sindicatos pela terra, pelos ramais. Então a gente sentia a necessidade também das mulheres ocupar esses espaços. A gente já tinha uma idéia: que as mulheres ocupassem esses espaços com capacidade pra assumir as tarefas, não ocupar os espaços por ocupar. Para isso era necessário capacitar as mulheres.

Depois com a continuação nós fizemos a primeira festinha das mulheres trabalhadoras rurais no dia 25 de julho e no outro ano, 1994 fizemos a festa do Dia Internacional da Mulher.

Depois nós já fizemos o nosso primeiro congresso. Antes nós já discutíamos que de GAM já dava pra formar um movimento, o grupo já havia amadurecido e nós criamos o MMNEPA, houve várias reuniões pra que chegasse a esse momento.

Naquele momento o que motivou a vinda das mulheres para o grupo foi a necessidade de ocupação do seu espaço de mulher na sociedade, depois desses primeiros momentos as mulheres foram se descobrindo e sentindo a necessidade de crescer cada vez mais pra ocupar não só os espaços na luta sindical mas também ocupar outros espaços, ir mais além.

Uma coisa que a gente falava durante toda essa história era o empoderamento das mulheres. As mulheres teriam que ser protagonistas da sua própria história e ocupar os espaços com essas capacidades não só ocupar os espaços nos sindicatos como secretárias, tesoureiras, mas assumir a vida política, ser vereadoras, prefeitas.

Já teve a Tereza em Viseu, a Lúcia Machado em Santa Luzia do Pará. Aqui na nossa região ainda não foi eleita nenhuma vereadora, até porque é aquela coisa a gente fala, fala, mas elas ainda têm medo do poder, às vezes não tem opção, por isso que eu acho necessário a gente fazer uma campanha “mulheres sem medo do poder”, aqui na nossa região.

As mulheres que despertaram ainda não conseguiram chegar a ocupar esse espaço. As próprias mulheres não votam nas mulheres elas ainda não se conscientizaram de que é necessário votar na mulher, mulher precisa votar na mesma categoria, no mesmo sexo. Mulher não gosta de votar em mulher tem que votar no homem, no macho, até pronuncia esse tipo de expressão. Eu vejo assim que elas não conseguiram a consciência de que precisam valorizar a mulher, a valorização da mulher pela mulher ainda não chegou, ainda não aconteceu. Alguns momentos acontecem, mais ainda assim chegar no ponto máximo ainda não acontece. Essa consciência de fazer com que as nossas mulheres alcancem a consciência.

O que faz com que as mulheres participem do MMNEPA hoje, o que chama atenção são os projetos de geração de renda em várias espécies de trabalho: apicultura, avicultura, horticultura, artesanato, piscicultura.

A mim, o que mantém é a minha consciência que eu consegui, a minha consciência de classe, de que eu devo lutar para adquirir conhecimento e para que as mulheres adquiram conhecimentos e que elas possam preencher as lacunas que estão vazias com a presença delas e que elas possam assumir essas atividades com conhecimento à altura e que busquem sempre mais conhecimento.

Nós precisamos ocupar os nossos espaços, não podemos deixar só o homem ocupar esses espaços, mas que a gente ocupe não porque a mulher acolá é candidata é prefeita, vereadora porque é mulher, mas que tenha consciência do seu papel.

O MMNEPA é um movimento de mulheres e ele foi criado especificamente para que as mulheres possam se inserir nele. Ele também não é um movimento à parte dos outros movimentos. Ele é um movimento que as mulheres ao mesmo tempo são sindicalizadas e fazem parte do MMNEPA pra discutir a problemática das mulheres. Ser MMNEPA é pra isso pra compreender o papel da mulher na sociedade, esse MMNEPA que forma, que discute, que tem debates, que faz aprofundamento dos debates.

Nos últimos três anos fiquei mais na formação, fazendo com que as pessoas ocupassem os espaços. Se é um trabalho de multiplicação é preciso fazer com que outras mulheres ocupem os espaços, é preciso multiplicar os saberes para que outras pessoas possam conhecer o trabalho que o MMNEPA desenvolve.

O MMNEPA realiza muitos de formação o que mais chamou atenção foi o curso de artesanato inclusive sobre artesanato: como trabalhar com semente, garrafa peti, vários tipos de papel, flores, arranjos. Gostei dele porque é um curso de arte, eu admiro muito a arte e acredito que a arte move o mundo, através da arte a pessoa pode mudar, a arte promove mudanças em todos os sentidos. Ela produz a consciência das pessoas, ela motiva as pessoas pra criar, pra inovar sempre.

O MMNEPA contribuiu para que mudanças acontecessem na minha vida, a primeira foi a consciência que eu tenho hoje, de que é necessário mudar, a consciência que eu tenho que se a sociedade não muda é porque as pessoas não estão preparadas. A sociedade só vai mudar através da formação integral do ser humano. Que pra ser política, candidata não é só pra estar lá no poder, mas é ter consciência e saber porque está lá ocupando aquele cargo e com consciência.

A consciência é assim, eu acho que quando uma pessoa ocupa um cargo não dá pra fazer tudo, mas tem que ter consciência de que foi eleito pra trabalhar pelo povo.

Então é necessário fazer algo pelo povo, se não dá pra fazer muita coisa mas pelo menos visitar pelo menos as comunidades, dizer como está porque não deu pra fazer. Eu acho que essa discussão precisa ter. Eu vejo que os políticos quando se elegem eles não visitam mais, esquecem o povo, o povo não sabe porque ele não está fazendo, as prestações de contas não são feitas. Essa formação eu acredito que as pessoas precisam ter e eu vejo isso claramente, mas eu acredito que é porque nem os políticos que assumem estão preparados pra assumir determinados cargos, desconhecem essa história de dizer que eles são empregados do povo, o político é empregado do povo, o povo colocou ele lá, o povo repassou o voto pra ele e ele precisa dar resposta para o povo, eu vejo que nossos políticos não têm essa formação.

Eu me relaciono muito bem com as outras mulheres do grupo e com a direção também. Quanto aos homens se eles tivessem como participar seria uma ótima oportunidade, o movimento de mulheres ia chegar ao seu ponto máximo se conseguisse a participação integral dos homens. Eu vejo que muitos homens que participam dos grupos de mulheres querem mandar no grupo. Aquela idéia de mandar sempre permanece, mas acontece porque eles não participam dos encontros, das discussões, principalmente sobre os encontros que falam da relação de gênero.

Já temos vários homens que participam do movimento, principalmente do trabalho de apicultura, mas eles querem sempre mandar, a idéia, quando eles estão lá reunidos é pra mandar nas mulheres, eles acham que as mulheres não têm ainda essa capacidade, essa determinação de estarem levando o trabalho em frente. Eu vejo ainda muito isso no movimento.

O homem é um ser social, não vive isolado, precisa sempre estar em constante articulação com os outros, olhando, vendo o que o outro precisa, não pode pensar só em si, precisa saber do que o outro precisa pra crescer em todos os sentidos. Socializar significa pra mim que se eu tenho um conhecimento preciso dividir com as outras pessoas

A socialização se reflete na organização e continuidade do movimento, ela se reflete na formação das mulheres.

Agora estamos fazendo uma discussão sobre quem será a próxima presidenta, a próxima coordenadora do MMNEPA. Então, é importante que essa socialização aconteça na formação não só da diretoria, mas, na formação de todas as mulheres, socializando os conhecimentos adquiridos para somar com as outras mulheres.

O MMNEPA é visto o como movimento de atuação regional. O MMNEPA está presente em treze municípios, em alguns ele está mais forte que em outros. Eu vejo um grande peso no MMNEPA, com isso ele causa impacto.

No município de Mãe do Rio o MMNEPA é forte, principalmente no interior, porque foi um movimento iniciado pelas trabalhadoras rurais e que hoje ainda continua firme, em pé, agora na cidade ele não conseguiu evoluir muito, mas assim mesmo ele é reconhecido como um movimento forte, um movimento que tem mártires, por que Reijane morreu? Porque naquele momento ela representava um impacto muito grande pra sociedade, principalmente porque eles não conheciam ainda na época, eles tinham medo que ela crescesse, talvez não fosse nem porque ela ia se empoderar, é porque tinha algo que ela poderia descobrir, principalmente pelo cargo que ela estava ocupando, ela estava trabalhando no recenseamento, tinha várias coisas clandestinas, número de eleitores que não correspondia com número de moradores, eles temiam ser prejudicados, talvez nem fosse acontecer nada com o prefeito Reinaldo.

O que mantém vivo o MMNEPA é a consciência das mulheres, a consciência que elas adquiriram, a consciência de ter um movimento que as representasse, um movimento autônomo e que esse movimento precisa crescer mais pra que as mulheres se identifiquem cada vez mais com ele.

A capacitação, no mundo de hoje que estamos vivendo, em todos os sentidos as mulheres precisam. Principalmente pra elas saberem dar resposta, conversar em casa com os esposos, pra elas saber que não podem cantar de galo, que a mulher tem que ter autonomia, mas que também tem que ter limites.

Eu nunca tive conhecimentos a altura, de falar palavras técnicas, mas, eu sabia que eu tinha que ter essa liberdade, e que o meu esposo precisava compreender, mas também eu tinha os meus limites, como eu hoje tenho, não limites pra estar humilhada, mas de saber até onde a gente tem que ir e onde a gente percebe que já está ultrapassando.

Uma mulher que entra no movimento tem uma postura com o tempo ela aprende a ser do movimento através dos encontros de formação, das conferências, das oficinas. Nos encontros mesmos nas comunidades, com vários módulos de formação especificamente pra trabalhar com as mulheres, e ai elas vão se redescobrimdo que é necessário participar.

Em Mãe do Rio já chegamos a ter 25 grupos organizados, fracassou porque faltou acompanhamento. Agora nós temos 10 grupos que podemos, pois as mulheres são capazes de dar respostas.

No primeiro momento, quando iniciamos, quando nós começamos trabalhamos bastante a parte emotiva das mulheres, os sentimentos delas, as dificuldades que elas sentiam, nós tentamos prever o imaginário delas e em determinado momento fizemos aquele levantamento de quem sou eu, quais são os meus deveres, o que eu penso, o que eu quero, depois o que eu quero para a minha vida futura. Nós fizemos várias atividades nesse sentido, táticas de relaxamento, fizemos a árvore da vida, das bandeiras de luta das mulheres do Nordeste Paraense.

Nós fizemos o retrato das mulheres da região Nordeste Paraense com vários filhos, o retrato delas parindo vários filhos, porque na nossa região tem mulheres que tem até 16 filhos, aí nós quisemos representar as mulheres da região Nordeste Paraense.

Nós fizemos muita formação. A base de tudo é a formação. A sociedade só vai mudar através da formação do homem, ela vai mudando em pequenas partículas, mas ela só vai chegar ao auge quando esse homem tiver a formação, quando essa ganância diminuir, que é necessário ter ganância sim, mas uma ganância de forma solidária, que não seja só o eu, eu tenho que ter ganância pra eu crescer, mas eu tenho que ter ganância e saber que o meu companheiro, o meu amigo que tá ali fora, ele também precisa crescer e não só eu e é com essas coisas que a gente se respalda, a gente precisa crescer juntos.

## II – A ÁRVORE DA VIDA

